

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DO ANO 2012

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 24 de fevereiro de 2012, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SIGLAS	
AECT	Agrupamentos Europeus de Cooperação Transfronteiriça
AM	Assembleia Municipal
CCRN	Comissão de Coordenação da Região Norte
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
FFF	Fundo de Financiamento de Freguesias
PCP	Partido Comunista Português
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
QEC	Quadro Estratégico Comum
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZASNET	Agrupamento Hispano-Luso de Cooperação Transfronteiriça

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas	74
Membros que pediram substituição	8
Membros convocados	8
Renúncia ao mandato	8
Suspensão de mandato	8
Quórum	5
Expediente	5

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 -ATAS - Leitura, discussão e votação da ata da Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 16 de dezembro de 2011;	8
2 - PÚBLICO - Período de intervenção;	9
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.	9
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	22
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	22
4.2 – A solicitação do Grupo Municipal da CDS/PP, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, DISCUSSÃO SOBRE “AS TAXAS E ÍNDICES INCIDENTES NA FATURA DE ÁGUA AO CONSUMIDOR NO CONCELHO: a) INCIDÊNCIA SOBRE A ESPECIFICIDADE COMO TAXA NO DESIGNADO “ QUOTA DE DISPONIBILIDADE; b) O PRINCÍPIO DO CONSUMIDOR/PAGADOR E O CUSTO DA ÁGUA PAGO NO MEIO RURAL”.	60

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	20
António de Almeida	12,55,62,70,

António Malhão	9,
Leonel Fernandes	18,72
Luís Fernandes	54
Luís Pires	15,73
Normando Lima	21
Presidente da Câmara	31,53,60,64,67,69
Presidente da Mesa	8,9,12,15,17,19,21,22,31,52,53,54,55,59,60,62,63,64,67,69,70,71,73,74

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
António de Almeida	69
António Malhão	52
Leonel Fernandes	53

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Leonel Fernandes	9

----- Aos **vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Primeira Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e fim cerca das treze horas e trinta minutos, na qual participaram **oitenta e oito membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1- ATAS: Leitura, discussão e votação da ata da Quinta Sessão Ordinária do ano de 2011, da Assembleia Municipal de Bragança (Quadriénio 2009/2013), realizada no dia 16 de dezembro;

2- PÚBLICO – Período de Intervenção;.....

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 – A solicitação do Grupo Municipal da CDS/PP, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, **DISCUSSÃO SOBRE “AS TAXAS E ÍNDICES INCIDENTES NA FATURA DE ÁGUA AO CONSUMIDOR NO CONCELHO:.....**

a) INCIDÊNCIA SOBRE A ESPECIFICIDADE COMO TAXA NO DESIGNADO “ QUOTA DE DISPONIBILIDADE;
b) O PRINCÍPIO DO CONSUMIDOR/PAGADOR E O CUSTO DA ÁGUA PAGO NO MEIO RURAL”.

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e minutos e foram presentes:

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

Data	Remetente	Assunto
05/12	Bombeiros Voluntários de Bragança	Convida o PMAM para a Cerimónia em honra da sua Padroeira.
05/12	Câmara Municipal de Bragança	Convida o PMAM para a ceia de Natal a realizar no Restaurante Panorama, dia 16 de dezembro.
05/12	Câmara Municipal de Bragança	Envia cópia do ofício remetido ao Ministro dos Assuntos Parlamentares sobre a Reforma da Administração Autárquica–Reorganização do Mapa Administrativo.
05/12	Assembleia Distrital de Bragança	Convoca o PMAM para a segunda reunião ordinária a realizar dia 19 de dezembro pelas 15:00h no Auditório Paulo Quintela.
07/12	Câmara Municipal de Bragança	Responde à solicitação - ser usado papel reciclado nas atas da AM e certidões da CMB

		que vêm para a AM
12/12	Câmara Municipal de Bragança	Crítica apresentada pelo PSD sobre o aumento de água “A Câmara não tem consciência social “
13/12	Câmara Municipal de Bragança	Responde ao ofício sobre a Carta Educativa
14/12	Manuel Oliveira Silva	Dá conhecimento da resposta ao Sr. Presidente da CMB sobre a intervenção relacionada com Veiguinhas
21/12	Secretaria de estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Responde à Moção enviada, sobre “Portagens A4”
27/12	Câmara Municipal de Bragança	Envia parecer jurídico solicitado sobre “Senhas de presença” e “subsídio de transporte”
02/01	Anibal Morais-Coordenador Comissão Autárquica	Envia convite para ser remetido ao Sr. Presidente da CMB e aos Senhores Presidentes de Junta para uma reunião sobre o Documento Verde
06/01	Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela	Envia tomada de posição relativa à Reforma da Administração Local
07/01	Presidente da Junta de Freguesia de Alfaião	Envia registo das ações de análise e tomada de posição face ao processo de agregação/fusão de freguesias
12/01	Nuno Machado Reis	Requer a suspensão do mandato até 30 de junho de 2012
12/01	ANAFRE	Envia cópia da Moção enviada a várias Entidades sobre a Reforma da Administração Local
18/01	IPB	Convida o PMAM para a Sessão Solene Comemorativa do Dia do Instituto
19/01	Ana Cláudia Guedes Almeida	Sugere/propõe o adiamento da Sessão extraordinária de 27 de janeiro até ser publicado o diploma legal com os critérios da Reforma Administrativa Local do Estado
20/01	Câmara Municipal de Bragança	Convida o PMAM para a Cerimónia da Comemoração do 548.º Aniversário da atribuição de título de Cidade
20/01	Casa Civil do Presidente da República	Acusa receção da Moção enviada sobre “Benefícios fiscais”
24/01	Junta de Freguesia de Santa Maria	Envia, para conhecimento, Moção aprovada em AF sobre a Reforma da Administração Local
24/01	Grupo Parlamentar do PSD	Acusa receção da Moção sobre “ Benefícios Fiscais”
26/01	Grupo Parlamentar do PS	Acusa receção da Moção sobre “ Benefícios Fiscais”
31/01	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Relatório anual de atividades de 2011 da Comissão de Proteção de crianças e Jovens de Bragança
03/02	Gabinete Primeiro Ministro	Acusa receção da Moção “Benefícios Fiscais”
03/02	Gabinete Primeiro Ministro	Acusa receção da Moção “Transportes de

		doentes”
03/02	Presidente do NERBA	Petição Pública – Reivindicações para o território transmontano
13/02	José António Saraiva Brinquete	Renúncia ao mandato
13/02	Grupo Parlamentar do PSD	Acusa receção da moção – Documento Verde da Reforma da Administração Local
14/02	Casa Civil do Presidente da República	Acusa receção da moção – Documento Verde da Reforma da Administração Local
14/02	Grupo Parlamentar do CDS/PP	Acusa receção da moção – Benefícios Fiscais
15/02	Presidente da Assembleia da República	Acusa receção da moção – Benefícios Fiscais

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011

Data	Destinatário	Assunto
26/12	Câmara Municipal de Bragança	Envio de senhas de presença e Boletins Itinerários relativos a dezembro
26/12	Várias Entidades	Envio da Moção “ Benefícios Fiscais”
26/12	Várias Entidades	Envio da Moção “ Transportes de doentes”
26/12	Câmara Municipal de Bragança	Envio da Moção/Recomendação sobre “Desenvolvimento Sustentado do Concelho de Bragança”
02/01	Presidente da CMB	Convite para uma reunião com a Comissão Autárquica sobre o Documento Verde
05/01	Presidentes de Junta de Freguesia	Convite para uma reunião com a Comissão Autárquica sobre o Documento Verde
05/01	Presidente do Conselho de Administração das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Solicitação de envio de Parecer sobre Veiguinhas
05/01	Presidente do Conselho de Administração das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Solicitação de informação sobre despesas com Pareceres/Estudos, sobre Veiguinhas
09/01	Presidente do Conselho de Administração das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Envio da Tomada de posição relativamente à reorganização das freguesias no meio rural, proveniente da JF de Espinhosela
10/01	Várias Entidades escolares	Convite para reunirem com a Comissão de Educação para discussão do assunto “ Política Educativa para o Conselho de Bragança”
30/01	CMB	Envio de senhas de presença e boletins itinerários do mês de janeiro/2012
30/01	Várias Entidades	Envio da Moção “Documento Verde - Reforma da Administração Local

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

RENÚNCIA AO MANDATO – José António Saraiva Brinquete.....

SUSPENSÃO DE MANDATO (de 13 de fevereiro a 13 de março de 2012):

- **Lídio Alberto Correia;**.....

- **João Manuel Correia Santos Ferreira de Castro;**.....

- **António Alberto Vaz Pereira Morais**

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA :

PSD: João Paulo Veiga Matos; Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso e António Manuel Teixeira Batista

PS: Maria de Fátima Renovato Veloso

Movimento Sempre Presente: Cristina Maria Rodrigues Afonso.....

Presidentes de Junta: Amílcar Pereira Ventura - substituído por Henrique Manuel Pires

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PSD: António Nuno Neves Pires; Maria Natália Rodrigues Alves e Mário Francisco Gomes

PS: Maria Celina da Silva Paula.....

CDU: Leonel dos Santos Fernandes.....

Movimento Sempre presente: Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro

----- **Presidente da Mesa** – Bom dia, Srs. Deputados. Temos quórum, podemos iniciar os trabalhos....

----- Então iríamos começar os trabalhos desta primeira sessão ordinária do ano de dois mil e doze, com o ponto 1.

1- ATAS: Leitura, discussão e votação da ata da Quinta Sessão Ordinária do ano de 2011, da Assembleia Municipal de Bragança (Quadriénio 2009/2013), realizada no dia 16 de dezembro;

----- **Presidente da Mesa** – Algum dos Srs. Deputados tem algum comentário a fazer, em termos de expressão, alguma ausência, alguma correção a fazer? Muito obrigado.

----- Dizia eu, algum dos Srs. Deputados, relativamente à ata do 16 de dezembro tem alguma correção a fazer?

----- Não se regista nenhuma intervenção de correção, por isso vamos pôr a ata a votação.

----- **NÃO TENDO HAVIDO DISCUSSÃO FOI A MESMA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, CINCO ABSTENÇÕES E**

CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** - Alguma declaração de voto? Uma declaração de voto, Sr. Leonel.

----- Sr. Leonel tem que fazer aqui ao microfone para ficar gravado, por favor, Sr. Leonel, representante da CDU.

----- **Leonel Fernandes** - Bom dia. É só para dizer que me abstive, por não ter estado presente na Assembleia anterior.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, posto não haver mais declarações de voto, passamos para o

PONTO 2 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

----- Eu peço a atenção de alguém do público que esteja presente que queira fazer alguma Intervenção. Eu não vejo ninguém do público nas duas última filas, no entanto repito, se houver alguém do público que esteja com intenção de intervir que se levante e peça a sua inscrição.

----- Ora, tal não acontece, passamos ao ponto seguinte.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

----- Intenções de inscrição para intervenções? Eduardo Malhão, Guedes de Almeida, Luís Pires, Leonel, Amândio Gomes, são as inscrições que a Mesa regista para intervenções.

----- Srs. Deputados, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Malhão.

----- **António Malhão** – Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária da Mesa, cumprimento o Sr. Secretário, cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, cumprimento as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, Sras. Presidentes de Junta, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, Minhas Senhoras e meus Senhores, a todos um bom dia.

----- Tenho que fazer apenas aqui uma pequena introdução referindo, de facto, que nós gozamos muitos feriados invisíveis, como hoje aqui estamos a gozar um feriado, cerca de uma hora de tempo improdutivo, esta sessão estava marcada para as nove horas, estamos a começar quase às dez, se multiplicarmos este tempo por cerca de cem pessoas, equivale a quinze feriados invisíveis do trabalhador, por isso estas coisas também contribuem em nada para a produtividade do nosso país e seria bom que também levássemos um pouco de vida neste particular. O tempo é um recurso escasso, é um recurso muito valioso, no qual entendo que deve ser mais bem gerido e deve haver mais responsabilidade também aqui a esse nível.

----- Depois gostaria também de, aliás a minha intervenção irá em seguimento disso, de partilhar aqui as preocupações do Sr. Presidente da Assembleia manifestadas na sessão na cerimónia das comemorações de elevação de Bragança a Cidade, no que ao drama do desemprego diz respeito.

----- Começo então com a minha intervenção.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- Nos últimos dias o desemprego bateu recordes, ouve uma manifestação nacional e Passos Coelho fez o papel de vilão no Carnaval para os funcionários públicos, não se aplicou aqui o ditado popular é Carnaval ninguém leva a mal, muitos acontecimentos portanto a marcarem o mercado de trabalho, mas nada de concreto a favor da produtividade e da competitividade das empresas e da nossa economia, bem pelo contrário. Foram também colocados mais uns pesados cargos na carga fiscal e no carrinho de compras dos Portugueses, com aumentos de toda a ordem , ao mesmo tempo que a Troika coloca o visto nesta política de austeridade, carimbada pelo PS e pelo José Sócrates e abençoada pelo PSD. Será este o melhor e o único caminho para conduzir o país na direção do sucesso e do desenvolvimento económico e social? Ninguém sabe ao certo!

----- Parece que nada consegue parar esta espiral recessiva que se revela uma autêntica caixa de Pandora com efeito dominó sobre a economia e sobre as empresas. Só em 2011 fecharam mais de 50.000 empresas com o setor da construção civil que eu bem conheço à cabeça, no qual desaparecem por dia 10 empresas e 390 postos de trabalho. Ainda recentemente foi a vez da FDO pedir também a insolvência, apesar de se tratar de uma empresa conceituada e bem conhecida de todos nós, por ter estado envolvida nas obras de construção do Teatro Municipal e do Centro de Arte Contemporânea, entre outras obras aqui na nossa cidade.

----- Não surpreende por isso que o mercado laboral em Portugal tenha sofrido no final de 2011 o mais violento embate de sempre. Em apenas 3 meses, a taxa de desemprego passou de 12,6% para 14%, fixando um novo máximo histórico e cavando uma distância ainda maior relativamente ao resto da Europa, sendo já a quarta maior taxa de desemprego da União Europeia. Sobretudo no segmento mais jovem, onde um em cada dez postos de trabalho se “evaporaram” no quarto trimestre e 53.000 jovens procuram trabalho há mais de um ano, situando-se assim em 27% a taxa de desemprego nesta faixa etária. Esta realidade dramática contrasta com os objetivos fixados por Bruxelas que pretende que os jovens encontrem emprego em quatro meses, tendo Durão Barroso anunciado depois da última reunião informal do Conselho Europeu a constituição de um grupo de trabalho para a definição de um programa que ataque o problema do desemprego jovem, não estando este ainda constituído em Portugal.

----- Este terrível fenómeno do desemprego dos nossos tempos é devastador e implacável e deixará cicatrizes para toda a vida na camada mais jovem da população, sobretudo porque se trata de mão de obra qualificada e com formação superior na sua maioria. São os próprios especialistas em mercado de trabalho que usam a expressão “cicatriz” para definir os efeitos de longo prazo do desemprego jovem, deixando marcas como disse para toda a vida. Os jovens que experimentem períodos significativos no desemprego carregam os efeitos negativos dessa experiência para toda a vida. Salários mais baixos, maior probabilidade de voltar ao desemprego e menores realizações pessoal e profissional nas décadas seguintes, são consequências documentadas por vários estudos.

----- Contudo, as estatísticas não nos trazem só indicadores negativos e más notícias ao nível do nosso concelho. Por exemplo, em relação às exportações, só o concelho de Bragança exporta cerca de 3 vezes mais do que o conjunto dos municípios de AltoTrás-os-Montes. Em apenas dez anos, o volume de exportações aumentou de 16 para cerca de 120 milhões de euros.

----- Para estes resultados económicos, têm contribuído extraordinariamente um conjunto de empresas de Bragança viradas para o mercado externo, dotadas de tecnologia de ponta e de modelos organizacionais de excelência, das quais gostaria de destacar, entre outras, por se tratar das principais unidades exportadoras da região, as seguintes empresas: Faurécia, Fepronor, Sortegel e Factory Play.

----- No caso concreto da Faurécia, a maior empresa da região, emprega atualmente 350 trabalhadores, 85% dos quais recrutados localmente, muitos deles do IPB, e regista, registou um crescimento do seu volume de negócios de 117% e em 2010 aliás em 2009 e de 43%. Em 2010. Diga-se também que é uma unidade industrial que tem uma vantagem de economização aliás é um exemplo o grupo emprega na sua área de cobertura um conjunto de mulheres que se destacam pelo seu profissionalismo, pela sua qualidade. Seria impensável que as mulheres entrassem neste mercado de Metal à Mecânica pura e que tivessem um desempenho tão bom, aliás é por isso é que outras unidades do Grupo instaladas noutras regiões de Portugal e também da Europa, estão a seguir exatamente este modelo da Faurécia.

----- Dez anos após a sua abertura atingiu uma das melhores performances do grupo, fabricando atualmente em simultâneo 9 produtos diferentes para 5 das principais marcas de automóveis da Europa. Este é um caso de sucesso e diria até de estudo, uma vez que tanto os mercados de origem das matérias-primas que transforma essencialmente à base de aço, no qual é importado de Itália, como os mercados de destino dos seus produtos acabados se localizam maioritariamente fora de Portugal, vencendo assim a barreira da interioridade, dos custos de logística e ainda da falta de culturas industrial e de empreendedorismo existentes na nossa região.

----- Poderia tratar outros exemplos, como um comércio tão importante em Mirandela que é o caso da alheira, o qual faturou o ano passado 28.000.000€ teve um crescimento de 14.50% emprega 500 trabalhadores, é claramente também um bom exemplo, como dar a volta a esta situação.

----- A verdade é que não há milagres nem varinhas mágicas para combater o desemprego e as adversidades da região e do país. Só replicando casos de sucesso empresarial como o da Faurécia, para o qual muito contribuiu o papel e a visão do executivo da Câmara Municipal de Bragança e aplicando as palavras mágicas “trabalho, trabalho, muito trabalho” será possível vencer e seguir em frente.

-----As regiões como estão condenadas ao insucesso por natureza, as regiões podem não ter sucesso, faltarem projetos e faltarem protagonistas.....

----- Cada um individualmente e todos em conjunto deverá fazer bem o seu papel e dar o melhor em prol do país, em vez de se gastarem energias criticando e acusando em todas as direções, pois as responsabilidades por este período negro da nossa história coletiva não cabem apenas a alguns, obviamente e cota parte de responsabilidades não é igual, mas podemos imputar responsabilidades a Mário Soares, Cavaco Silva, António Guterres, Durão Barroso, e José Sócrates à esquerda à direita ou PSD, ao PS eu penso que as responsabilidades devem ser acatadas por todos nós, de uma forma transversal e de facto, e de facto se a tem, porque ela é tão importante neste nosso momento.

----- Termino parafraseando Oscar Wilde “Não fazer nada, dá muito trabalho”.

----- Muito obrigado!

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado do CDS/PP.

----- **António de Almeida** – Muito bom dia a todos, cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em Geral.

----- De uma certa forma tem a ver com uma atitude pedagógica, aliás um dos pontos que eu trazia também, embora não escritos, mas com algumas anotações que tem a ver efetivamente com a responsabilidade da situação a que chegámos, e a situação a que chegámos é extremamente grave ou gravíssima, isto terá recuperação? Muitos perguntam. Continuando nesta senda, neste caminhar, não tem qualquer recuperação, digamos assim, a revitalização de Bragança e do Concelho de Bragança, e hoje refiro aqui, Bragança e Concelho de Bragança, porque cada dia mais se nota, basta olhar a Comunicação Social, que Bragança parou! Isto já parou há muito tempo. E parou porque? Efetivamente porque há responsabilidades políticas, do poder Geral, do poder Central, do poder Regional – CCRN.

----- Depois há que fazer uma pequena análise e fazer algum lembrete, pelo menos, e também do poder local. O poder local praticamente, que eu me recordo, e poderei dizer, a felicidade de ainda estar aqui após o 25 de Abril de 74 que houve para mim um Autárquico que conseguiu, de certa forma, consensualizar e dinamizar todas as forças em conjunto, sem distinguir, que foi o falecido Engenheiro José Luís Pinheiro. A partir daí houve disputas de poder pessoal, mais pessoal, a imagem do Presidente e de um ou outro que estivesse à volta do Presidente da Câmara.

----- A comunidade de Bragança nunca foi chamada a comungar responsabilidades e ser ouvida. Eu referi que Bragança parou, o Eduardo Malhão falou aqui no comércio atual da alheira, já foi falado aqui que Mirandela aos fins de semana são autocarros com saquinhos de alheira.

----- Bragança, quem tem? Saindo um domingo, um fim de semana, percorrendo a cidade de Bragança não há nada, é um deserto, e cada fim de semana mais, em Mirandela é ao contrário. Bragança perdeu serviços, perdeu qualidade de serviços, nós temos o exemplo da saúde, em vez de se pensar que melhora, piora, até já os médicos vão embora, emigram, como diz o Primeiro Ministro, quer dizer, não há uma política de cativação, as pessoas são mal tratadas, vedando-lhe os seus fundamentais direitos, como o direito à saúde. As pessoas, sobretudo no meio rural, não têm acesso à saúde, ou vêm de emergência ou vêm de ambulância porque não têm acesso aos cuidados primários.

----- Bragança está deserta em muitas especialidades, isto é um problema que também tem a ver com o problema local. Falou aqui também na Faurécia, é um exemplo, foi uma boa decisão da Câmara ao ter apoiado essa empresa, mas conforme apoiou essa com algumas benesses, alguns benefícios fiscais que lhe foram concedidos, deveria ter apoiados outras que entretanto desapareceram, que eram locais. Eu lembro-me no seu setor de atividade, no seu setor da construção civil, só em 2010 foram dezasseis pedidos de insolvência no Tribunal, que foram decretados, de empresas que eram referências neste Concelho, neste momento conhecem-se uma ou duas e poucas mais, quer dizer até a mão de obra da construção civil é rara aqui em Bragança, essa vai trabalhar, emigra aqui para Zamora, para a nossa vizinha Espanha. Portanto isto é um problema para refletir, e pode ser feito também ao nível do exercício do poder local, que nunca aqui foi trazido.

----- Relativamente à atividade comercial o nosso Concelho é um Concelho eminentemente rural, vive da agricultura, não tem outro meio de subsistência, que poderia enriquecer, fomentar e progredir, não! Nós assistimos na televisão, por exemplo, à alheira, a feira do fumeiro de Vinhais, há certames que promovem, que são promotores, que são falados, que trazem pessoas, que são referências de Bragança, desde que eu tenho essa referência.

----- Isto para dizer que efetivamente assim só chegamos ao que chegou Bragança, em que hoje ainda vive, de alguma forma, do Instituto Politécnico, que com este ritmo dentro de meia dúzia de anos Bragança ao haver uma diminuição de alunos na frequência do Instituto Politécnico, Bragança passa a ser quase, no seu sentido total, um deserto como cidade, como um ponto de atracção, sobretudo para a juventude, juventude que efetivamente também vai embora, aliás ainda hoje tive conhecimento que dois médicos daqui querem ficar aqui e agora a nova Administração, as Novas Unidades Locais de Saúde, que os manda para fora de Bragança, quer dizer, médicos jovens acabados de formar! Depois não há médicos.

----- Portanto esta política tem que ser revista e tem que haver uma forte participação por parte, ou pelo menos por parte da Autarquia, dar a conhecer aos responsáveis do Terreiro do Passo que efetivamente há coisas que têm que ter a intervenção daqui. E em Bragança existe de vez enquanto, eu chamo-lhe o espetáculo promocional, de quem? Desta realidade não é.

----- E eu tomei conhecimento que foi homenageado um nome pomposo, um Embaixador de Bragança e Cooperação Transfronteiras, Sr. Professor Luís Garcia Braga da Cruz, as pessoas de certeza que não sabem que foi responsável pela CCRN, pela Comissão de Coordenação da Regional do Norte durante muitos anos, é talvez dos principais responsáveis pelo encerramento, por exemplo, da linha ferroviária do Tua, do Sabor, de parte da linha do Douro e no entanto é considerado o Embaixador de Bragança e Cooperação Transfronteiriça, porque?

----- Quando há pessoas que são homenageadas, esta questão das homenagens é uma questão que poderia ir parar a muitas nomeações, mas quando são as pessoas de fora, com outras referencias, em que é considerado, ou votos por pessoa também, por atribuição de medalha municipal de mérito e chave da cidade, a um Sr. que é o professor **Braga da Cruz**. Os da terra vêm sendo ignorados e lembro aqui que, há poucos dias, Doutorou-se a Dra. Alcina Correia, com distinção e mérito na Universidade de Coimbra. Foi uma pessoa que dignificou a Cultura de Bragança, foi Diretora do Museu Abade de Baçal, a Dr. Alcina Correia, é uma Senhora que teve sempre **CLASSE e que com essa Classe fez com que o Museu do Abade de Baçal** tivesse uma apreciação e qualificação nacional, após a sua expulsão de Diretora o nosso MUSEU foi desqualificado para Museu concelhio. Foi perseguida e arredada das funções por razões exclusivamente políticas, pela Dra. Simoneta Luz Afonso, “acolitada” por um governo do PS e que o PSD e esta Câmara Municipal também ignoraram, “obrigando-a” a aposentar-se prematuramente, quando ainda tinha e tem muito que dar em prol da Cultura Bragançana e do País, tal como ainda hoje lhe é reconhecido por outras e altas instâncias culturais. Aqui um nome de uma personalidade que eu desde já sugiro para ser publicamente homenageada pela Autarquia. E desde já aqui sugiro que, para o

futuro, as pessoas a homenagear, sejam objecto de proposta de um órgão colegial representativo de todos os interesses locais – uma espécie de Conselho Municipal não eminentemente político. De qualquer forma, aqui deixo o meu desacordo relativamente às homenagens públicas feitas ultimamente.

----- **Presidente da Mesa** – Tem que terminar Sr. Deputado.

----- **António de Almeida** – E vou terminar efectivamente, **deixando** esta reflexão, porque efectivamente com estas politicas não vamos a lado nenhum, **a não ser para a desertificação total de pessoas e o abandono dos respectivos bens rurais**, contribuindo, assim, como dizia um amigo meu, que as terras que têm é para os Javalis. E apostar na desertificação, como esta Câmara tem contribuído é uma prática de governação inconstitucional, porque não governa para todas as pessoas em termos de igualdade, o que é inconstitucional.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado, tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Luís Pires. ..

----- **Luís Pires** – Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Deputados Municipais, Público e Comunicação Social, bom dia a todos.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “A Assembleia Municipal é por definição o espaço por excelência para o debate político. Através do seu regimento estabelecem-se regras justas e proporcionais, onde todos os seus integrantes têm voz, podendo fazer valer as suas perspetivas relativamente a diversas matérias de interesse concelhio.

----- Os limites da ênfase argumentativa são balizados pela consciência dos intervenientes, prevendo o próprio regimento ferramentas de atuação para eventuais excessos produzidos em oratórias mais acaloradas ou relativas a matérias mais polémicas.....

----- A arena democrática Assembleia Municipal, prevê a possibilidade de rebater argumentos entre intervenientes que dirimem opiniões muitas vezes antagónicas, mas onde a verdade de cada interveniente é ouvida, debatida e escortinada.....

----- Em maior ou menor proporção, todos nós, de alguma forma, somos representantes de cidadãos. Somos eleitos. Essa eleição representa uma responsabilidade e não uma entronização.....

----- O cargo que cada um de nós desempenha encerra um conjunto de obrigações, de postura, de responsabilidade, de consciência, consistente e condizente com os altos valores democráticos que se exigem a uma democracia consolidada. Essa consolidação exige que em cerimónias de representação, exista por parte do homem ou mulher que incorpora o cargo, o discernimento dos limites de intervenção face à cerimónia em questão, face à inexistência de mecanismos de controlo.

----- É com o maior dos gostos que represento a minha cidade quando tal me é solicitado. Faço-o com a seriedade que me reconheço, e que creio ser-me reconhecida, com a capacidade que as minhas limitações permitem, e sempre com dignidade e respeito institucional.

----- Foi com este espírito que compareci na cerimónia de abertura das comemorações dos 548 anos de Bragança cidade. Compareci institucionalmente face à natureza também institucional do convite.....

----- Os primeiros três quartos da cerimónia decorreram placidamente e em conformidade com os cânones institucionais estabelecidos, com intervenções de índole dispare e perfeitamente enquadradas.

----- Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Bragança.

Permita-me que através desta missiva, e sinceramente com todo o respeito que me merece a figura institucional e o homem que a representa, mas muito sinceramente, lhe transmita o meu desagrado, o meu sentimento de vexação, a quase humilhação jocosa com que acolhi as palavras que representaram uma parte do discurso que, esperava eu, fosse de índole institucional.....

----- A distância entre parte do discurso proferido e um mero comício eleitoral foi tão ténue que o sentimento só poderia ser de constrangimento.....

----- Refiro parte, porque relativamente ao elogio proferido à figura do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, creio enquadrável num agrado de índole institucional, elogio esse que necessariamente se esmoreceu face ao desenvolvimento da oratória.

----- Creio não existir ninguém que lhe agrade ser convidado para a casa de outrem, e que de bom grado aceite, e aí seja denegrido, vexado, sem possibilidade de contraditório, porque a seriedade e respeito institucionais lhe obrigam a manter a postura.....

----- A sensação torna-se confrangedora quando a casa também nos pertence.

----- Na presença de Bragançanos ilustres e outros ilustres de outras paragens, numa sala que também é nossa, tal como o orador também era o Presidente da Nossa Assembleia Municipal, logo, institucionalmente, o nosso Presidente, nada mais pudemos fazer que suportar estoicamente o conjunto de agressões impróprias do momento.....

----- Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Bragança.

----- Srs. Secretários

----- Sr Presidente da Câmara Municipal de Bragança.

----- Srs. Vereadores.....

----- Todos nós temos o direito a momentos menos felizes.

----- Nesse sentido reitero a esta Assembleia que registre a minha decepção, o meu desapontamento, reiterando todo o respeito que me merece a figura institucional e o homem que a representa.....

----- Muito obrigado”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pelas palavras que me dirigiu, quero dizer que estou tranquilo, o que eu disse naquela intervenção foi dar nota de um trabalho que a Câmara Municipal de Bragança fez, durante a gestão social democrata e relativamente a um conjunto de áreas de intervenção de responsabilidade municipal, lembrando o que esta Câmara Municipal tem feito ao longo destes últimos 14 ou 15 anos, foi um trabalho excepcional e transversal quer à área rural quer à urbana, consolidando com um conjunto de infraestruturas a de diversos níveis, na educação, cultura e desporto, na mobilidade com construção de novas estradas, arruamentos, passeios e repavimentação de outros antigos mas degradados, conservação do património, urbanismo, mesmo na economia dinamizando quer a instalação de empresas vindas de fora quer criando equipamentos municipais geradores de riqueza e emprego, etc., contrariando a escassez de iniciativa política na gestão municipal tida até 1997, sendo que a partir de 1998 foi feito um melhoramento muito importante na construção de obras, equipamentos de responsabilidade municipal com uma muito elevada mobilização de meios financeiros que resultaram numa intensa valorização do património do município e aquilo que eu vejo, no momento atual, em que a adversidade financeira e económica convidam a uma atitude de contenção cautelosa dos recursos, esta Câmara continua empenhada não só na criação de novos equipamentos mas continua a conceder apoios importantes à Cultura, aos bens imateriais também, preservando a memória, um do testemunho do passado.....

----- E portanto eu estou claramente de consciência tranquila, embora respeite profundamente as suas palavras, no sentido de que a minha intervenção não lhe agradou porque lhe parece que eventualmente eu estava ali a fazer alguma intervenção de carácter eleitoral. Não! Eu estava a identificar um facto, está descrito nos documentos e actas da Câmara Municipal de Bragança e nos documentos e actas da AMB dos últimos anos e está consolidado e consubstanciada nos equipamentos

diversos por esta cidade e por este Concelho, que muito abonam em favor da qualidade de vida dos cidadãos de Bragança, apenas referi um facto que é incontestável, embora, às vezes, estes factos incontestáveis incomodem algumas pessoas, mas respeito a sua palavra, eu tinha apenas que fazer esta observação porque eventualmente muitos dos Srs. Deputados que aqui estão hoje não estiveram naquela cerimónia e por esse facto não entendem a sua intervenção.

----- Estou de consciência tranquila, julgo também estar de consciência tranquila o Sr. Presidente de Câmara, que fez o trabalho com que se comprometeu com os cidadãos do concelho, mesmo que isso desagrade a uma força política, que se encontra na oposição desde há 14 anos, estou de consciência tranquila, não tenho mais nada a acrescentar, Sr. Deputado.

----- Ora bem eu agora passava a palavra ao Sr. Leonel Fernandes da CDU para a sua intervenção.

----- **Leonel Fernandes** – Muito bom dia, Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores, Srs. Deputados, desta AM, Srs. Membros da Comunicação Social aqui representados nesta Sala, minhas Senhoras e meus Senhores, a todos um bom dia.

----- Sr. Presidente.

----- Depois do Livro Verde, eis que surge, agora, a proposta de lei da reorganização administrativa aprovada pelo Conselho de Ministros que, ao contrário do que se procura fazer crer, mantém o essencial dos objetivos fixados pelo governo: ou seja a liquidação de 1/3 das freguesias hoje existentes. Acobertada na ideia de um alegado recuo (traduzido na alteração dos critérios que constavam da versão inscrita no Livro Verde) o que a proposta agora aprovada visa é, não apenas a reafirmação dos objetivos que o governo prossegue mas, de facto, a consagração de um projeto ainda mais grave e perigoso.

----- Como desde o primeiro momento alertámos, a questão decisiva a que se tem de dar combate não reside nos critérios, mas sim nos objetivos, ou seja:

----- a) No empobrecimento democrático (traduzido na redução de mais de 20 mil eleitos);

----- b) No ataque ao emprego público (milhares de trabalhadores das freguesias extintas cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade);

----- c) No enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura – cuja consequência será a do aprofundamento das assimetrias a perda de coesão (territorial, social e económica), o abandono ainda maior das populações, o acentuar da desertificação e da ausência de resposta aos interesses populares e à satisfação das suas necessidades.

----- Com esta nova proposta todas as freguesias (e não apenas as que cabiam nos critérios anteriores), passam agora a ser teoricamente elimináveis. A “competência” dada aos órgãos municipais

– denominada de «pronúncia» no texto do diploma – é meramente teórica, dado que a decisão que viessem a tomar só seria levada em consideração se correspondesse aos objetivos de redução previamente decididos pelo Governo. A «pronúncia» a efetuar nos 90 dias subsequentes à aprovação da lei pela Assembleia da República, será examinada por uma “Unidade Técnica” criada no parlamento e poderá ser recusada caso não concretize os objetivos determinados. Nesta situação será esta comissão técnica que estabelecerá a nova organização administrativa dando mais 15 dias à assembleia municipal para se pronunciar de novo, e se o entender, apresentando projeto “alternativo” (desde que coincida sempre e naturalmente com os objetivos do governo).

----- Os argumentos usados para justificar esta ofensiva são falsos.

----- Ao contrário do «*reforço da coesão*» o que daqui resultará é mais assimetrias e desigualdades. Os efeitos dos processos de aglomeração são, como comprovadamente se conhece, adversos à coesão. Juntar os territórios mais fortes, ou mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos traduzir-se-á em mais atração para os primeiros e mais abandono para os segundos deixando as Freguesias mais liquidadas, ou seja mais abandono, menos investimento local, menos coesão para quem menos tem e pode.

----- Em vez de «*ganhos de eficiência e de escala*» que resultaria da «*libertação de recursos financeiros*» o que se terá é menos proximidade e resposta direta aos problemas locais com menos verbas e menos recursos disponíveis. No seu conjunto, o nível freguesias da administração local terá, de facto, menos verbas, as chamadas majorações (de 15%) para as freguesias “agregadas” sairão do montante global do FFF, ou seja serão retiradas ao montante destinado ao conjunto das freguesias; e mesmo as prometidas novas competências próprias das freguesias seriam construídas financeiramente à custa das verbas dos municípios”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado lamento mas terminou o seu tempo, queira sintetizar, por favor. -

----- **Leonel Fernandes** – Pronto, sintetizando, e peço só uns segundos da sua benevolência.

----- Recentemente tivemos conhecimento que o Concelho Diretivo da ANAFRE reunido em Lisboa, rejeitou a proposta do Livro Verde, por isso nós propomos aqui, nesta medida, que a AM hoje reunida, manifeste e decida apoiar a plataforma Freguesias SIM, Proximidade ao serviço e às Populações.

----- Muito obrigado”.

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, existe aqui uma proposta para discussão e votação, está designada uma proposta, imagino que seja uma moção?

----- Sr. Deputado penso que isto é, chamo-lhe proposta? Isto é uma moção? Algo para ser deliberado pela Assembleia? É uma recomendação? Não pretende deliberação sobre esta matéria?

----- Obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Amândio Gomes, do PSD.

----- **Amândio Gomes** – Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Membros desta Assembleia, Srs. Presidentes da Junta, Comunicação Social, minhas Sras. e meus Srs.

----- Como sempre, não gosto de falar muito, mas há coisas que não podem passar em branco, as intervenções do Sr. Deputado Dr. Guedes de Almeida, apontam, quase sempre, no princípio, de algum ataque à política desenvolvida pelo poder local, especialmente centrada na pessoa do Sr. Presidente da Câmara. Mas o Sr. Dr. Guedes de Almeida teve o cuidado de destacar entre aquelas indústrias mais produtivas, Bragança, efetivamente, não tem produção de alheiras, pois se as tem Mirandela porque é que Bragança também tem que ter? Mas tem outras com muito mais valor, e destacou a Faurécia.....

----- Eu queria lembrar ao Sr. Dr. Guedes de Almeida que a Faurécia veio para Bragança mercê da ação do Sr. Presidente da Câmara. Estou convencido que se não fosse a ação dele, na altura em que aqui se estabeleceu, essa indústria não estaria aqui e não contribuía como contribui tão eficazmente para o produto interno bruto da nossa região.

----- A construção civil parou! Pois parou! Mas não pode pedir responsabilidades ao poder local, porque é que o não pede aos bancos que não conferem os empréstimos necessários para que esta atividade possa progredir? Não empresta não só aos empreiteiros como não faz empréstimos às pessoas que precisam de casa.

----- Portanto não podemos confundir aquilo que é a missão do poder local, com a missão que compete a outras entidades, mesmo civis, e muito menos podemos confundir as coisas relativamente às funções do poder local, portanto da Câmara, das Juntas de Freguesia, com as funções que competem ao Estado. Então agora cada vez que o Estado não dá cumprimento às suas funções em benefício dos cidadãos, vimos inverter as coisas e vimos pedir as responsabilidades ao poder local? Não está certo!

----- Relativamente às pessoas que foram homenageadas ultimamente, eu também queria perguntar ao Sr. Dr. Guedes de Almeida quantos foram os nomes que propôs ao júri, pessoas desta terra, que o Sr. propôs ao júri para serem homenageados? Se calhar ninguém, e o júri com certeza que destacou aqueles que lhe mereciam maior destaque.

----- O Sr. Dr. Braga da Cruz não residindo em Bragança, se calhar, fez por Bragança muito mais do que fizeram muitos dos que cá estão! Do que fizemos nós. Esse é que é esse, portanto não vejo motivos

para criticar a ação do júri quando, enfim, não se fez nada para contrariar eventualmente o desfecho a que ele chegou.

----- Também disse que se não houvesse coisas bonitas as pessoas não vinham. Pois não! Mas há coisas bonitas feitas por esta Câmara e que são do agrado das pessoas que nos visitam e hão de continuar a visitar, e se elas não existissem, essas pessoas não vinham.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado.

----- **Presidente da Mesa** - Não, não tem, peço desculpa, entende a Mesa que não foi ofendido, entendo que não foram feitas perguntas de forma direta, poderá comentar mais adiante noutros tempos disponíveis, neste momento não.....

----- Temos uma última intervenção, do Sr. Normando Lima, do Movimento Sempre Presente.

----- **Normando Lima – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretário, Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereadores, Caros Colegas, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social.

----- Como é do conhecimento de todos as novas tecnologias da comunicação estão na ordem do dia, pretendem inovar e melhorar os serviços para que são destinadas. Essas novas tecnologias devem ser, por definição e porque a Lei portuguesa o obriga, gerais e universais.

----- Como sabem a Televisão Digital Terrestre (TDT) esta aí presente, para melhorar a qualidade da Imagem em todas as televisões portuguesas.

----- Todas? Não, quase todas e esta e a razão desta minha intervenção.

----- Dizia eu que é quase para todos, porque de facto numa análise as coberturas da TDT no Concelho de Bragança chegamos à triste conclusão que há algumas freguesias que estão na zona branca (fraca) ou mesmo escura (nula) da cobertura. Já foram tentados alguns lugares com cobertura zero e em muitos não chega a 20%.

----- Assim, Izedo, Calvelhe, Macedo do Mato, Serapicos, Salsas estão, na definição da própria Telecom, como sendo zonas de reduzida probabilidade de cobertura.

----- Da freguesia de Serapicos apenas Vila-Boa tem cobertura, Salsas apenas duas aldeias têm cobertura, mesmo Parada e Coelhoso, as ruas da baixa têm fraca cobertura.

----- Como podem ver no mapa das coberturas o sul do Concelho de Bragança está esquecido pela Telecom, isto porque, como pode ser visto no quadro de emissores TDT o emissor de Bornes que serve os concelhos de Macedo de Cavaleiros, Alfandega, Vila Flor e parte do Mogadouro, servem também o

Sul do concelho de Bragança, esta zona de que falamos, e esse emissor tem apenas 200 Watts de potência.

----- Com essa fraca potencia há apenas mais três dos 180 emissores em Portugal, mas todos eles são em zonas não montanhosas/o do Funchal!, que é específico para a cidade e o da serra do Larouco dirigido para a cidade de Chaves. *E o de Bornes também tem a mesma potência dos 200 Watts.*

----- A média da potência dos emissores está entre os 800 e os 1000 Watts. Nas zonas idênticas à nossa, como no Minho, por exemplo, os emissores têm entre os 1000 e os 1500 Watts. Os de Bragança (que são dois) têm 1000 Watts cada.

----- Senhor Presidente da Câmara, é nesta altura, e porque ainda se vai a tempo, que pode ser feita alguma coisa pelo esquecido sul do concelho. Fale com quem de direito no sentido de que ao emissor de Bornes seja aumentada a potência, pelo menos para 400/500 Watts, ou para a potência ideal que seria de 1000 Watts.

----- Caso nada seja feito no dia 26 de abril o apagão será total nos televisores da população nesta zona, perdendo assim a única companhia que a população envelhecida tem que é a televisão. Caso contrário, tem nessas circunstâncias que se optar pela montagem de parabólicas, para receber as emissões da MEO ou da ZON, mas estas são a pagar no mínimo 10 € por mes, mais o equipamento que ronda os 150€".

----- Portanto o que é que se pedia? Era que houvesse um bocadinho de bom senso para todos e que se tentasse resolver este problema da melhor maneira, porque nem toda a gente tem possibilidades de pagar os 150€ e os 10€, pelo menos, por mês.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, muito obrigado.

----- Não há mais inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, pelo que passamos para o

----- **PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

----- **PONTO 4.1 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.**.....

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das atividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia

Municipal, que teve lugar a 16 de dezembro de 2011, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

1.1 - Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 31 de janeiro de 2012, a execução bruta do Orçamento da receita é de 5,01% (no montante de 2.077.001,47€), para um Orçamento da despesa paga de 5,14% (no valor de 2.130.093,59€).

A evolução da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de janeiro de 2012 uma diminuição de 1.625.094,07€, ou seja, de -11,64 pontos percentuais, comparativamente a 31 de janeiro de 2011.

De 01 a 31 de janeiro de 2012 foram deliberados em reunião de Câmara apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 24.900,00€ e Subsídios e Comparticipações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 163. 197,72€.

1.1.2 - Setor de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento

No período de 1 a 31 de janeiro de 2012 o valor das taxas e outras receitas municipais arrecadadas pelo setor no âmbito das suas atribuições foi de 86 784,39€ representando uma redução de 3,05%, comparativamente ao período homólogo.

Durante o período de 2 a 31 de janeiro de 2012, foram abertos 8 procedimentos por ajuste direto referentes a aquisição de bens e serviços. Tendo decorrido a fase de adjudicação de alguns procedimentos, o valor total adjudicado perfaz 418 503,08 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Foram emitidas e enviadas a satisfazer pelos fornecedores 301 notas de encomenda no valor total de 183 284,39€, correspondendo a uma despesa de capital de 27 097,13€, enquanto a despesa corrente ascendeu ao montante de 156 187,26€.

Em termos patrimoniais, realizaram-se 2 escrituras de compra e venda de duas parcelas de terreno para a construção da circular interior de Bragança, no valor de 14 733,60€.

1.2 - Divisão Administrativa

- Setor de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da atividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal as seguintes tarefas: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 2.750 documentos e requerimentos; foram emitidos nesse período 6 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia. Deu-se continuidade à nova

fase do processo da desmaterialização e gestão documental, que incidiu no registo e envio pela aplicação do atendimento da correspondência afeta ao Departamento Administrativo e Financeiro, Divisão Administrativa e Divisão Financeira. Este projeto está estabilizado ao nível do expediente geral e em breve será alargado a toda a organização

No âmbito do Arquivo foi dada continuidade ao tratamento de documentação e apoio à investigação relativa à obra “Bibliografia do distrito de Bragança” do Prof. Hirondino da Paixão Fernandes.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos e Remunerações – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de 7 procedimentos concursais (tempo indeterminado, tempo determinado/termo resolutivo certo e incerto) e 9 processos de aposentações. Estão a decorrer 4 estágios no âmbito do PEPAL IV e 12 estágios não remunerados/ Curriculares/Qualificação Emprego/Vida Emprego.

- **Gabinete Jurídico** prestou apoio nas seguintes áreas: - Habitação social; - Contraordenacional; Património; - Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

- Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicação

Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, foi dada continuidade às tarefas inerentes à implementação do Projeto de Modernização Administrativa, sendo de destacar:- A instalação de 18 equipamentos multifuncionais que substituíram a maior parte do parque de impressão (foram retirados cerca de 100 equipamentos) e concluída a instalação de 56 PC's e estações de trabalho, finalizou-se um projeto importante na modernização do Município de Bragança, com um impacto muito positivo no trabalho realizado pelos colaboradores da autarquia e com reflexos no atendimento aos munícipes. - Deu-se início a uma nova fase na gestão documental/ workflow, testando um circuito de entrada de correspondência no expediente geral e direcionada para o departamento administrativo e financeiro. O sucesso deste teste vai permitir abranger no mês de março os restantes serviços municipais, tendo já sido definidos circuitos e configurados todos os postos de trabalho. - A intranet municipal encontra-se em decurso, e em breve será a plataforma por excelência de comunicação e distribuição de informação interna. - Outro projeto em preparação prende-se com a gestão de relacionamento com cliente (CRM) que visa criar um ambiente de teste que após validação será o embrião para implementar a aplicação num atendimento piloto que dará lugar ao atendimento num balcão único, logo que o espaço físico o permita

O principal website do Município de Bragança registou, de 1 de dezembro de 2011 a 15 de fevereiro do presente, um total de 46 035 visitas (média de 598 visitantes por dia). Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 6.592 vezes (86/dia).

Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 1.608 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 2.208 pessoas, enquanto que o endereço do Teatro Municipal recebeu 2.196 visitas e da Biblioteca Municipal 580. Relativamente ao Facebook 5.000 “amigos” e 1.215 fãs seguem diariamente as atualizações do Município.

2 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E CULTURAL

2.1 –DIVISÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

✓ Serviço de Animação e Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 14 de janeiro, a exposição “Pintura Interrogada”, do artista sevilhano Luis Gordillo, que vai estar patente até 31 de março de 2012.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, foi, também, inaugurada no dia 14 de janeiro a exposição “A Caminho do Medo” reunindo os trabalhos mais recentes, cerca de 30 pinturas, desenhos e colagens, produzidos pela artista em 2011, e apresentados de 20 de outubro a 20 de novembro de 2011 na Cooperativa Árvore, no Porto.

Nos meses de dezembro e janeiro foram realizadas 18 visitas/jogo solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 1969 pessoas.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Nos meses em análise visitaram o museu 395 pessoas, sendo que entre 09 e 30 de janeiro o museu esteve encerrado ao público para manutenção.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de dezembro e janeiro realizaram-se 12 espetáculos com 18 sessões, presenciadas por 2.823 espectadores.

Durante o mês de janeiro decorreu o FAN - Festival de Ano Novo, na sua sexta edição, com os espetáculos “Cantar dos Reis”, “Alibabach”, “Camerata NovNorte” e o destaque deste ano Pedro Burmester, um dos mais destacados pianistas portugueses.

Bibliotecas Municipais - Continuação na indexação e catalogação do acervo documental. Nos meses em análise foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 672 monografias e efetuada a correção de 760 registos. No período em questão, registou-se a presença de 4.744 em todos os serviços existentes na Biblioteca. Na secção infantil foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 287 crianças.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses em análise registou-se a presença de 516 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira – No dia 21 de janeiro foram inauguradas as exposições “Caderno de Viagens”, de Mário Ortega, e “Volúpia”, de Cala.

2.2 –DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE

✓ Serviço de Educação

Encontra-se em fase final um procedimento para aquisição de 9 máquinas fotocopiadoras/multifuncionais para as escolas EB1 Toural, EB1 Artur Mirandela, EB1 Beatas, EB1 Cantarias, EB1 Mãe D`Água, EB1 C. Redondo, EB1 Formarigos, Jardim de Infância da Estação e Jardim de Infância de Santiago.

A Câmara Municipal, em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Bragança está a desenvolver um projeto de Saúde Oral, intitulado “Sorrir Branquinho”, no ano letivo em curso, dirigido às crianças que frequentam os Jardins de Infância públicos e privados (875 alunos) do concelho de Bragança e à restante Comunidade Educativa.

Realizaram-se ações de educação para a saúde no âmbito da Saúde Oral destinadas à comunidade educativa (professores, encarregados de educação, assistentes operacionais e alunos), e um rastreio oral inicial, para conhecimento da prevalência de doenças orais nas crianças que frequentam os jardins de infância públicos e privados do concelho de Bragança.

Fez-se o encaminhamento das crianças com necessidades evidentes de cuidados de medicina dentária e iniciou-se a demonstração e treino da prática correta da escovagem de dentes a todas as crianças envolvidas neste projeto.

Para o desenvolvimento do projeto foram adquiridos 200 kits de escovagem de dentes para os alunos pertencentes a agregados familiares em situação de vulnerabilidade e carência socioeconómica.

Durante o período em análise foi feita a manutenção do equipamentos Escola Fixa de Trânsito, recebidas as inscrições e feita a planificação e calendarização das sessões de sensibilização a realizar, com a colaboração da PSP, nos meses de março, abril, maio e junho de 2012, dirigidas a alunos do 1º ciclo de vários estabelecimentos de ensino públicos e privados do concelho de Bragança.

✓ Serviço de Desporto e Juventude

Neste período foi feita a gestão das instalações desportivas, foi dado apoio à realização de torneios e competições oficiais, feita a orientação das atividades na Piscina Municipal, prestado apoio ao Programa Mexa-se em Bragança, elaborada a programação dos percursos pedestres/caminhadas rurais para o corrente ano, iniciado o processo de organização e preparação do Campeonato Regional de Infantis e do Torneio de Formação de Natação.

Realizou-se na piscina municipal a 9ª Festa de Natal Aquática, com os alunos das classes orientadas, com jogos lúdicos aquáticos e provas de competição. Estiveram presentes 250 alunos.

Foram realizados, ainda, dois Torneios de Natação, sendo um de Formação – Escolas de Natação, em que participaram 80 atletas dos vários escalões e dos seguintes clubes: Escola de Natação Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Bragança, Natação Clube de Chaves, Sport Clube de Mirandela e Ginásio Clube de Vila Real, e um outro Torneio Regional de Natação, onde estiveram representadas as cidades de Bragança, Chaves, Mirandela e Vila Real, com um total de 160 atletas.

O projeto “Desporto Sénior no Meio Rural”, que vinha decorrendo nas freguesias de Grijó de Parada, com uma média de 30 participantes, e na freguesia de São Julião de Palácios com uma média de 35 participantes, foi estendido às freguesias de Rebordãos e Paçó de Rio Frio.

✓ **Serviço de Ação Social**

No período que medeia entre a última sessão da Assembleia Municipal e o início do mês de fevereiro de 2012 realizaram-se 87 atendimentos sociais para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações socioeconómicas. Ainda neste período, foram realizadas 17 visitas domiciliárias no âmbito de vários processos de apoios sociais entre outras visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d’Água, Coxa e Previdência, pertença do MB.

Importa ainda referenciar, para além do atendimento geral aos munícipes, a realização de visitas técnicas conjuntas entre os Serviços de Ação Social e de Obras de Administração Direta ao Bairro Social da Mãe de Água, para acompanhamento dos trabalhos de beneficiação habitacional e para realização de levantamento de possíveis imóveis vagos ou com ocupação irregular, com a consequente sinalização para a Assessoria Jurídica das situações de imóveis que apresentam fortes indícios de se encontrarem devolutos, com o objetivo de serem acionados os meios legais para recuperação dos mesmos.

Foi dado início à preparação da II Feira de Emprego, Educação e Solidariedade do Concelho de Bragança com a realização de reuniões preparatórias entre as entidades organizadoras

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – Divisão de Obras Municipais: Foram, neste período, abertos 5 concursos, com um valor base de 542.500,00€ €+IVA, destacando-se: - Construção da Circular Interior - Troço de ligação à Av^a Abade de Baçal (400.000,00€); - Construção de equipamentos e infraestruturas diversas - substituição do pavimento desportivo no Pavilhão da Bancada do GDB (35.500,00€); - Construção da ciclovia na zona envolvente do IPB e 2.^a fase (ligação ao CCV - trabalhos complementares de arranjos exteriores do elemento escultórico): 80.000,00€.

Neste período foi adjudicada a obra do Parque Verde da Coxa no valor de 138.086,36€, cujas obras iniciarão até ao final do presente mês.

Outras obras a decorrer: - Iniciadas as obras de Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município, com a intervenção denominada de “EcoPolis”; - Requalificação de edifício para instalação de Sedes de Associações de Santa Maria; - Ciclovia e Praça da Mãe d’Água; - Melhoria da Eficiência Energética do Bairro Social da Mãe d’Água; - Construção da Circular Interior – Troço da Mãe d’Água; - Pavimentações no Bairro do Campo Redondo; - Recuperação de 2 edifícios no centro histórico para residências universitárias (Domus Universitária); - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa, Lagomar e Terroso; Escola de dança e ampliação da Casa da Seda.

3.2 - Divisão de Urbanismo – Face aos indicadores monitorizados realça-se que do conjunto das operações sujeitas a licenciamento e a comunicações prévias, em 2011, 65,53% destas ações reportaram-se ao espaço rural, registando-se assim um acréscimo em 4% ao que já era tendência no ano de 2010, sendo que 88,60% das ações inserem-se em espaço ordenado dentro de perímetros urbanos.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1- Divisão de Águas e Saneamento

Nas análises efetuadas para verificação da qualidade da água humana, tratada na ETA de Bragança e em todos os sistemas do meio rural, e em sistemas independentes verificou-se que os parâmetros de controlo de rotina se encontravam 100% em conformidade.

A decorrer/executados os seguintes trabalhos: - Fornecimento e instalação de reservatório de 30m³ e ligação à rede pública na aldeia de Espinhosela, sendo o valor da adjudicação de 41.980,00€ + IVA; - Em execução o projeto para a substituição da conduta de água que abastece os fontanário na aldeia de Grijó de Parada; - No Bairro do Couto ampliação da rede de abastecimento de água; - Bairro da Mãe D’Água: Substituição da adutora elevatória do Sabor; - Substituição de conduta de água no Loteamento Municipal de Santiago (24.810,00€ + IVA); - Elaboração do projeto para a execução da rede de saneamento no Loteamento do Sabor (custo estimado de 84.600,00€); - Execução do projeto para a substituição da conduta de água e rede de saneamento na rua da Estacada (custo previsto de 28.300,00€).

No Setor do Saneamento executados os seguintes trabalhos: - Vale de Lamas: Execução de ramal de saneamento; - Em fase de aprovação de estudo prévio encontram-se os projetos de saneamento para as localidades do Zeive, Maças, Vila Franca e Bragada.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em coletores (75); limpeza de fossas (38); mudanças de nome de clientes (214); execução de novas ligações (58); substituição de contadores (186); reparação de fugas (33).

4.2. Divisão Ambiente – No âmbito desta Divisão foram executados os seguintes trabalhos:

- Manutenção de sinalética vertical, tendo desenvolvido 16 reposições de sinais vandalizados e ainda a colocação de 14 sinais novos. Foram efetuadas 2 ações de manutenção nos parques infantis.
- Paisagismo: Emissão de parecer sobre 1 projeto de paisagismo em loteamento urbano. Acompanhamento/fiscalização da execução da obra da Ciclovía da Mãe d'Água; - Preparação de concurso para manutenção de espaços verdes (Sazonais).
- No Ano Internacional das Florestas-2011 foi reeditado o flyer alusivo à Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- Realizada reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Avaliação da época 2011/aprovação do PEIF da ZIF do Planalto/Aprovação de programa de Sapadores de Montesinho).
- No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 56 animais. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública.
- Animais de interesse pecuário: Emissão de parecer sobre 2 projetos de instalações pecuárias. Vistorias por queixas de insalubridade a 5 explorações pecuárias.
- Higiene e Segurança Alimentar: Vistorias a 46 estabelecimentos de venda a retalho de carne e peixe. Vistorias a 2 viaturas de venda ambulante de géneros alimentícios. Vistorias a 5 refeitórios do ensino pré-escolar e básico e também às instalações onde são confeccionadas essas refeições. Inspeção sanitária no Matadouro Terra Fria Carnes. Emissão de parecer sobre 1 projeto de alteração de estabelecimento de venda a retalho de carne.
- Na área da proteção civil, procedeu-se ao espalhamento de 16 toneladas de sal em todas as vias urbanas e rurais com ocorrências de formação de geadas. Acompanhamento da candidatura para aquisição de estilhaçador.

4.3- Divisão de Mobilidade e Energia

Em janeiro do presente, foram transportados 27.430 passageiros, que corresponde a um ligeiro aumento de 0,7% em relação ao mês homólogo.

Foram efetuados 6 serviços ocasionais, dos quais 5 foram transportes de crianças solicitados por escolas do ensino básico ou pré-escolar.

Relativamente ao Aeródromo, verificou-se o movimentos de 180 aeronaves e 367 embarques ou desembarques de passageiros, correspondendo a um aumento de 5,2% nos movimentos das aeronaves e a um aumento de 38% no número de embarque e desembarque de passageiros.

Início do levantamento, na zona rural, dos pontos de luz desnecessários. Trabalhos diversos de manutenção e reparação dos sistemas de aquecimento dos equipamentos municipais e execução de orientações de redução de consumo energético.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- No dia 12 de janeiro de 2012, no Auditório Paulo Quintela, foi apresentado o documentário “Nome de Guerra, A viagem de Junqueiro”, numa realização de Henrique Manuel Pereira. Decorreram 2 sessões durante o dia, para a comunidade escolar, e uma à noite, para o público em geral.

- Teve lugar no dia 20 de janeiro, no Auditório Paulo Quintela, a cerimónia de entrega dos prémios do “XI Concurso Contos de Natal” e do “X Concurso de Presépios”, no qual participaram alunos do 1º e 2º ciclo do ensino básico com um total de 32 trabalhos e do “Concurso de Presépios” com 40 presépios participantes, sendo 19 da modalidade “Tradicional” e 21 da modalidade “Inovador”.

- Nos dias 21 e 22 de janeiro, realizou-se no concelho de Bragança, a XXVI Edição do Encontro Venatório do Nordeste Transmontano, promovido pelo Clube de Monteiro do Norte com o apoio do Município de Bragança. Do programa constou a realização de duas montarias, no dia 21 em Rebordãos e no dia 22 em Carragosa/Soutelo.

- No passado dia 28 de janeiro, realizou-se o VIII Encontro de Imigrantes do Concelho de Bragança, organizado pela Câmara Municipal de Bragança, no qual marcaram presença mais de 260 pessoas de 21 nacionalidades diferentes, estudantes e trabalhadores.

O evento começou com algumas atividades desportivas que se realizaram no Pavilhão Municipal, como jogos de futebol e aulas de step, seguindo-se um almoço-convívio, onde as várias comunidades de imigrantes a residirem em Bragança puderam conhecer-se melhor e partilhar momentos de convívio.

A tarde foi ocupada com uma mostra gastronómica, cujos pratos foram confeccionados pelos participantes, danças tradicionais, momentos musicais e apresentação de alguns dos países representados no Encontro de Imigrantes.

A cidade ganha com a presença de todos, estudantes e trabalhadores, num processo dinâmico de interculturalidade que promove uma visão geral mais aberta e compreensiva.

Assuntos tratados em Reunião de Câmara Municipal:

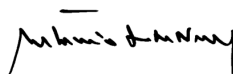
- Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foi dado conhecimento da extinção da Associação do Cybercentro de Bragança, deliberada em Assembleia-geral extraordinária da empresa realizada no dia nove de dezembro de 2011.
- Aprovada a proposta de abertura de Concurso Público Internacional para atribuição da Concessão de Exploração da atividade da empresa Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.
- Aprovada a proposta de revisão tarifária de águas, saneamento e resíduos sólidos urbanos. A revisão do tarifário faz um ajustamento para utentes com captação própria de água, no sentido de assegurar a incidência do custo do tratamento do saneamento. Não são feitas alterações no

tarifário da água para a população abastecida a partir do Alto Sabor. É revisto o tarifário na área rural fixando tarifas fixas para águas e saneamento mais baixa que na cidade, e reduzidos em 50% o custo das tarifas variáveis (no 1.º e 2.º escalão), é criada uma categoria do consumo agrícola, de baixo custo e sem ter que pagar custos com saneamento e recolha de lixo. Para a recolha do lixo os custos fixos e variáveis para a área rural são fixados em 50% dos valores praticados na cidade. Para as famílias carenciadas é fixada uma redução global de 50% na fatura de água, resíduos sólidos e saneamento, indo ao encontro de preocupações sociais acrescidas num período de maiores dificuldades provocadas pela grave crise económica e financeira. Também para as famílias numerosas o tarifário foi ajustado, no sentido de proporcionar o acesso a mais baixo custo a serviços públicos essenciais.

- Aprovada a proposta de alteração tarifário do STUB, nomeadamente a supressão do tarifário específico da Linha Azul, passando a aplicar-se o mesmo tarifário válido para as restantes linhas urbanas. O tarifário terá como referência o bilhete de bordo, sendo o título pré-comprado (Multiviagens) 20% mais barato em relação ao bilhete de bordo, e o passe 40% mais barato que o bilhete de bordo (considerando uma utilização média de 40 viagens por mês).
O apoio social nos transportes públicos passará a ser feito em função dos rendimentos, e não em função da idade (mantendo a isenção para os alunos do meio rural que se encontrem a frequentar o ensino básico obrigatório).

Município de Bragança, 15 de fevereiro de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal



António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.


-----**Presidente da Câmara** – Saúdo o Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários da Mesa, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, Srs. Deputados Municipais, Público presente, Comunicação Social.

----- Vou apresentar uma breve síntese e complemento à informação que foi distribuída aos senhores deputados, elucidativa da atividade desenvolvida pelo Município.

----- Em termos de novos projetos desenvolvidos, desde a última Assembleia até à presente data, estamos com a seguinte relação:.....

----- Construção da circular interior - troço de ligação à Avenida Abade de Baçal - Trata-se de uma obra em fase de adjudicação, e que visa ligar a Avenida Luciano Cordeiro e a Avenida Bragança do Pará, à Avenida Abade de Baçal, projeto que deverá ser concluído até ao final do mês de junho;.....

----- Sinalização urbana do Centro Histórico – procedeu-se a adjudicação da melhoria da informação turística para quem acede ou sai do Castelo; no Teatro Municipal procedeu-se a um pequeno investimento; aos trabalhos da Ciclo Via, segunda fase, estão concluídos, faltando realizar as limpezas finais; nas obras adjudicadas destaca-se o Parque Verde da Coxa e a substituição do pavimento do pavilhão da bancada.



0. Síntese (Obras e Projetos)

Obras em concurso	
Construção de Circular linear - Troço de ligação à Av.ª Abade de Baçal	400.000
Sinalização Urbana (Centro Histórico)	20.000
Teatro Municipal - Substituição de Vidros e Reparação de Fachada	7.000
Construção de ciclovia na zona envolvente do IPRA 2.ª fase (ligação ao CCV - trabalhos complementares de arranjo e manutenção da área envolvente)	80.000
TOTAL	507.000
Obras adjudicadas	
Parque Verde da Coxa	192.086
Substituição do pavimento de apoio ao Pavilhão da Bancada	55.300
TOTAL (Concurso+Adjudicadas)	645.086

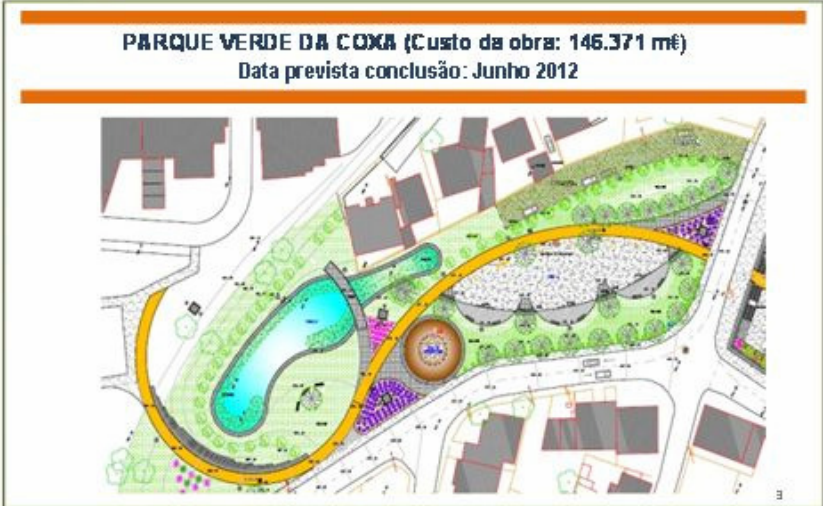
Valores em euros (sem IVA)

2

----- O Parque Verde da Coxa com conclusão prevista para junho de 2012, completa o arranjo urbanístico de um corredor verde de drenagem, constituindo uma ampla área verde equipada, destinada ao lazer de pessoas de todas as idades, melhorando em termos urbanos o conjunto edificado designado de Bairro da Coxa.....



1. Novos projetos



----- Também o troço da circular, indicado no mapa com traço vermelho, dá continuidade á Circular Interior, aproveitando o antigo corredor ferroviário, e liga á Av. Abade de Baçal, concretizando-se mais um troço de via, já com alguns troços executados e que no futuro contornará a cidade a Norte e Poente, em cerca de 60% do perímetro urbano, e com cerca de 6,5Km, via que estruturará a distribuição de tráfego assegurando perifericamente melhor acessibilidade aos Bairros.....



1. Novos projetos



----- A imagem seguinte dá-nos informação da evolução dos trabalhos de requalificação da zona do antigo Forte São João de Deus, obras que decorrem a bom ritmo, a previsão de conclusão para maio de

2013 (data contratual), admitindo como aceitável, pelos condicionamentos diversos que a conclusão ocorra no mês de julho.

 **2. Obras e projetos**

REQ. DO FORTE S. JOÃO DE DEUS – PROJETO ECOPOLIS E ECODOMUS
Custo Obra: 10,21 M€ Data prevista conclusão: Maio 2013



----- Na imagem seguinte, já outra imagem de pormenor da evolução dos trabalhos, de uma primeira fase, antes de intervir na zona de estacionamento ou Praça do Município, no edifício principal e zona dos armazéns.

 **2. Obras e projetos**

REQ. DO FORTE S. JOÃO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS
Custo Obra: 10,21 M€ Data prevista conclusão: Maio 2013



----- Na imagem seguinte, observamos a evolução dos trabalhos do troço da Circular Interior entre a Zona de Vale de Álvaro (loteamento do Rei/Bairro do Sol) e que vai ligar á rotunda do caçador, Av. Luciano Cordeiro/Av. Bragança do Pará, trabalhos com conclusão prevista para o mês de junho 2012.



----- Na imagem seguinte vemos um pormenor da Ciclo Via do Fervença, segunda fase na margem direita do Rio, com construção suspensa na ligação ao Centro Ciência Viva, trabalho que foi concluído este mês.





2. Obras e projetos


CICLOVIA DO FERVENÇA – Ligação CCV (Extensão: 850 m ;
Custo Obra: 889.813,87€); **Concluída**




----- O trabalho de construção da Praça da Mãe de Água e da Ciclo Via da Mãe Água deverão ser concluídos até abril, pensamos ser possível inaugura-los no dia 25 de Abril, obra com boa execução, concebida e concretizada com qualidade e que requalifica uma área degradada assim como envolve o bairro da Mãe de Água, devolvendo aos cidadãos o antigo corredor ferroviário, limpando e requalificando uma área que desde o início da década de noventa ficou abandonada, servindo um pouco como traseiras das habitações e local de depósito de algum lixo. A intervenção é também um estímulo para que os privados olhem para os logradouros das suas habitações com outras preocupações, limpando-os e tratando-os, atitude suficientemente justificada de entre outras razões pela elevada qualidade da intervenção de requalificação urbana.


 **2. Obras e projetos**

CICLOVIA DA MÃE D'ÁGUA (Extensão: 1 km) e **PRAÇA** 
 Data prevista conclusão: Abril 2012




----- Podemos observar a evolução da intervenção de requalificação dos Blocos do Bairro Social da Mãe de Água, trabalho que prevê a conclusão antes do prazo contratual, prevendo-se a conclusão para o final do mês de abril de 2012.

 **2. Obras e projetos**

MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO BAIRRO SOCIAL DA MÃE D'ÁGUA 
 Custo Obras: 611.733,59€; Data prevista conclusão: Maio 2012
8 Blocos; 124 apartamentos; 316 pessoas

Previsão de redução de 52% no que toca ao consumo energético, o que corresponde a uma diminuição nos gastos em cerca de 577 euros, anuais, por fracção



----- Na imagem seguinte temos informação relativa á repavimentação do Bairro do Campo Redondo, trabalho que poderá ser concluído em maio de 2012.

2. Obras e projetos

REPAVIMENTAÇÕES NA CIDADE: Bairros do Campo Redondo
Custo Obras: 234.083,00€ **Data prevista conclusão:** Maio 2012

07/02/2012 11:15 20/02/2012 10:15

33

----- De seguida temos os trabalhos de reabilitação de edifícios degradados no Centro Histórico para residências Universitárias, os trabalhos estão a decorrer a um ritmo aceitável, dentro do cronograma de trabalhos e no mês de junho de 2012 estarão concluídos, quer dizer que entregaremos ao Instituto Politécnico estas residências para as utilizar já no próximo ano letivo.



2. Obras e projetos

REQ. EDIFÍCIOS NA ZONA HISTÓRICA (Projecto Domus Universitária)
Custo Obra: 830.468,03€; Data prevista conclusão: Junho 2012



----- A requalificação e ampliação da antiga Escola Primária do Loreto para Escola de Dança, tem a data de conclusão prevista para o mês de maio de 2012.



2. Obras e projetos

ESCOLA DE DANÇA
Custo Obra: 257.303,34€; Data prevista conclusão: Maio 2012



----- A recuperação do edifício contíguo á Casa da Seda, para ampliação desta, está a decorrer com algum atraso, mas pensamos que em maio de 2012 também estarão concluídos.



2. Obras e projetos

AMPLIAÇÃO DA CASA DA SEDA

Custo Obra: 180.000€

Data prevista conclusão: Maio 2012



14

----- A imagem seguinte dá conta dos trabalhos de substituição do pavimento do pavilhão da bancada do Estádio José Luís Pinheiro.....



2. Obras e projetos

Substituição do pavimento desportivo no Pavilhão do Estádio Municipal

Custo Obra: 37.206,00 €

Concluída



15

----- Os trabalhos de execução das redes de saneamento e de novas re3des de distribuição de água, em diversas aldeias decorrem a um ritmo aceitável, pensamos que estarão concluídos dentro dos prazos contratuais.



2. Obras e projetos

EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM FRIEIRA, VILA BOA E LAGOMAR
Custo Obra: 670.090,66€; Data prevista conclusão: Fev. 2013



EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM TERROSO, GONDESENDE E PARÂMIO
Custo Obra: 468.790,99€; Data prevista conclusão: Fev. 2013

15

----- Os trabalhos de alargamento da plataforma e repavimentação da estrada de ligação entre as Freguesias de Santa Comba de Rossas e Rebordainhos foram concluídos.



2. Obras e projetos

PAVIMENTAÇÃO DA VIA MUNICIPAL ROSSAS-REBORDAINHOS

Custo Obra: 238.608,12€;

Concluída



----- Em eventos regista-se a feira de produtos da terá realizada em Parada, na sua 4.ª edição e que se vai consolidando como uma boa iniciativa, á semelhança de outras feiras promovidas noutras freguesias rurais.



3. Eventos/ Acontecimentos



26 Dez.: 4ª Feira de Artesanato e Produtos Regionais de Parada

----- Destaco o X concurso de presépios e XI concurso de Contos de Natal, pela elevada participação e qualidade dos trabalhos realizados por cidadãos e instituições do concelho.



3. Eventos/Acontecimentos



14 Jan.: CAC - Inauguração da exposição "Pintura Interrogada", de Luís Gordillo

19



3. Eventos/Acontecimentos

20 Jan.: XI Concurso Contos de Natal e X Concurso de Presépios



20

----- Destaca-se a assinatura de um protocolo de colaboração entre Os Bombeiros Voluntários de Bragança, os Bombeiros Voluntários de Tierras de Aliste(Espanha), Miranda do Douro e Vimioso, protocolo de colaboração, a que se associou a Câmara Municipal de Bragança, de Miranda do Douro e a Diputación de Zamora, trata-se de uma iniciativa que tem presente a partilha de recursos e a

Assembleia Municipal de Bragança / Ata da Primeira Sessão Ordinária – 24/02/2012

cooperação e priorização de utilização de meios na área da proteção civil, exemplo a seguir noutras áreas.



----- Destaque para o encontro de emigrantes em que ocorreu uma participação significativa, duzentos e cinquenta participantes de vinte e uma nacionalidades, promoveram as suas iniciativas desportivas, culturais, gastronómicas, portanto é um procedimento que tem em vista uma melhor integração desses cidadãos de várias nacionalidades na nossa comunidade, sendo certo que particularmente estando o Instituto Politécnico a captar muitos estudantes na área da mobilidade com outros países, com os países da lusofonia e particularmente na área dos programas Erasmus e que a Comissão Europeia irá aumentar as verbas para o próximo Quadro de Programação Estratégico, prevendo assim um incremento do programa Erasmus, Bragança não pode deixar estar atenta e promover esta realidade que é benéfica.

----- Os cidadãos em geral, e as atividade económica em particular, devem, em vez de se queixar, estar atentos, promover boa integração com total respeito pelas identidades e culturas distintas que convivem na nossa cidade e que muito a podem valorizar e assim assumir que um ambiente favorável á oferta do Instituto Politécnico, fortalecendo a imagem e competitividade da cidade. Se a nossa cidade acolher bem, se souber perceber as diferenças culturais, as formas de vida distintas que caracterizam os povos, se nos soubermos respeitar mutuamente e se tivermos essa preocupação, seja nas instituições

públicas, nos bares muito frequentados pelos jovens, seja nas ruas, seja nos comércios, seja nos cafés, onde quer que seja, se tivermos e soubermos promover e desenvolver essa atitude, Bragança ganha.....

----- Os estudantes levarão uma boa imagem que chamará novos estudantes. Ninguém vem a Bragança para retirar espaço a ninguém, os jovens estrangeiros que vêm estudar para Bragança não vem retirar espaço aos jovens do País que procuram Bragança, pelo contrário esse encontro abre horizontes para os nossos jovens e oportunidades para as instituições e para o comércio da cidade, além de representar uma boa forma de promoção externa. Na Europa a mobilidade será reforçada particularmente entre os jovens, e também por isso nos compete apostar na perspetiva de integração, Bragança tem que estar atenta a esta realidade. Quero deixar este apelo aos senhores deputados para que sejam também promotores e defensores desta visão.

 **3. Eventos/Acontecimentos**



21 Jan.: CCAM - Inauguração da exposição "Caderno de Viagens" de Mário Ortega e "Volúpia" de Cala



3. Eventos/Acontecimentos



- 260 participantes
- 21 nacionalidades

28 Jan.: VIII Encontro de Imigrantes

23

----- Dou nota de que se está a realizar o curso de Pós-graduação em Direito e Interioridade, que esperamos possa terminar com êxito e evolua para Mestrado, na próxima edição, a realizar em Bragança, para profissionais da área de Direito.



3. Eventos/Acontecimentos



Pós-graduação sobre Direito e Interioridade:
42 alunos inscritos
1.º Curso lecionado fora das instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



24

----- Nota relativa à realização da Assembleia-Geral do Eixo Atlântico, na sessão de encerramento, com a presença do senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia, assembleia a que preside o Município de Bragança no período de 2009/2013.



----- Um registo relativo ao dia da cidade, com o lançamento do I Volume de um conjunto de 10, da Bibliografia do distrito de Bragança, da autoria do Dr. Hironidino da Paixão Fernandes, obra notável, que deverá ser concluída nos próximos meses.



3. Eventos/Acontecimentos

20 de fev.: Comemoração dos
548 de Bragança Cidade



Apresentação da obra "Bibliografia do Distrito de Bragança"
– Dr. Híronidino da Paixão Fernandes

26

----- E também com as homenagens realizadas.



3. Eventos/Acontecimentos



Cerimónia de atribuição da Medalha Municipal de Mérito ao Dr.
Híronidino Fernandes e Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz



27



3. Eventos/Acontecimentos



Cerimónia de entrega de Prémios "Município de Bragança" ao Prof. Doutor Luis Braga da Cruz, Dr. Fernando Maillo e Mestre Helena Génésio



32



3. Eventos/Acontecimentos



Cerimónia de entrega de Prémios "Município de Bragança" ao Prof. Doutor Luis Braga da Cruz, Dr. Fernando Maillo e Mestre Helena Génésio



33

----- A respeito das homenagens queria destacar o seguinte: A generalidade dos Municípios faz homenagens, distinguindo cidadãos e instituições, no Município de Bragança iniciamos há poucos anos esta prática, usando de atitude prudente sustentada em normas que adaptámos do Município de Lisboa, normas de atribuição de títulos honoríficos. Se fizermos uma retrospectiva, desde que iniciámos as

comemorações do dia da cidade (note-se que não comemorávamos um dia da cidade ou do concelho com programa específico, o feriado municipal, a 22 de agosto está predominantemente vocacionado para a manifestação religiosa), percebemos ter usado de bastante prudência no âmbito das homenagens, apesar de erradamente não existir essa preocupação, que é necessária.

----- Em primeiro lugar saliento que a nossa primeira obrigação é a de participar, colaborar, compreender, promover a comunidade, não é benéfico utilizar um discurso de bota abaixo e até de alguma ignorância, porque isso não é uma boa política, não ajuda a comunidade.

----- Para atribuição do prémio Município de Bragança, foi aberto um concurso, designado um júri constituído por pessoas idóneas, significa que qualquer cidadão tinha a possibilidade poder propor o currículo de um cidadão cujo mérito pretendesse destacar, e isso não foi feito.

----- Quero referir-me ao Engenheiro Braga da Cruz, para que não restem dúvidas sobre o merecimento desse reconhecimento. O Eng. Braga da Cruz, enquanto Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, teve uma visão e uma perspetiva de desenvolvimento regional, e dentro dessa perspetiva é inquestionável que não esqueceu que o ordenamento do território visava o território no seu conjunto, e que o Interior Norte precisava de se afirmar no Plano da Cooperação Transfronteiriça. E devo salientar, e lembrar, pelo menos, de que a constituição da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal, Castela e León, ocorreu em Bragança sobre a presidência do Eng. Braga da Cruz, enquanto Presidente da CCRN. Podia ter ocorrido em Valladolid, na sede do Governo de Castela e León, podia ter ocorrido no Porto, na sede da CCRN, provavelmente teria, em termos protocolares, cerimónia que teria tido mais visibilidade.

----- Concretizamos alguns projetos de referência na cidade com apoio importante do Eng. Braga da Cruz, temos motivos suficientes para ter feito esta e outras homenagens, a cidadãos que tem feito muito pela terra, ajudando por vezes sem que tal seja do conhecimento público, ficando tantas vezes essas ajudas pelo conhecimento de um grupo mais restrito, que tem a representação legítima da comunidade, o mesmo acontecendo em sentido contrário, ou seja há forças que por vezes se opõem aos projetos e iniciativas e quantas vezes tais atitude ficam pelo conhecimento de um restrito grupo de pessoas. Quantos não assumem funções de representação popular e se esquecem das suas obrigações com quem lhes confere a representação. Não podemos perder a memória e não saber reconhecer o bem que nos fazem, neste caso á comunidade ou seja a todos, e há quem tenha recebido legitimidade para o efeito.

----- Não é verdade o que salientou o senhor deputado Guedes de Almeida, tem havido um cuidado, de facto, de ir destacando de forma controlada, contida, o mérito e a cidadania, destacando o bem-fazer a favor da comunidade, promovendo a auto estima dos cidadãos. Teve oportunidades várias de tomar iniciativa, não o fez e o caso que citou evidencia bem a sua distração e a forma como fala, não evidencia um sentido positivo a qualquer titulo, visto no caso concreto da Senhora Dr.ª Alcina Correia se tratar de um bom exemplo em sentido inverso pois assisti á defesa da tese de doutoramento da Dr.ª Alcina Correia, em Coimbra, na Faculdade de Direito, acompanhando os seus familiares, reconhecimento pelo voluntariado que faz desde há anos, na Fundação os Nossos Livros. A Dr.ª Alcina Correia foi já homenageada pelo Município. Lembrar que se for lendo as atas das reuniões da Câmara Municipal, se for lendo os boletins municipais e acompanhar muitas das atividades públicas para as quais tem sido convidado, certamente fará intervenções com mais respeito, melhor conhecimento e mais uteis para os cidadãos.

----- Queria também destacar a Assembleia Geral do ZASNET- AECT, realizada recentemente em Zamora. Sabemos que os agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial serão as entidades privilegiadas pelo próximo Quadro Estratégico Comum para o período 2014/2020, a cooperação transfronteiriça inter-regional e transnacional passará pelos AECT, é essa a orientação que está presente na generalidade dos documentos de preparação do QEC.....

----- Nessa assembleia geral, foi decidida a adjudicação do concurso Biosfera Transfronteiriça, cuja candidatura à UNESCO será apresentada, pensamos, a meio do próximo ano, adjudicação feita a um consórcio Ibérico. Foi aprovada a realização de um plano estratégico de cooperação e desenvolvimento, tendo em vista o período 2014/2020, é necessário que os atores locais e regionais comecem a desenhar as principais linhas estratégicas de cooperação para que os projetos que possam vir a ser candidatados na primeira fase de candidatura ao próximo Quadro de Programação Comunitária, sejam elaborados em conformidade com aquilo que são as linhas de orientação em termos de elegibilidade comunitária e não dispor de projetos que não se conformam com as orientações da CE, ou seja não são elegíveis.

----- A nível Europeu 36% dos projetos, que são apresentados não são aprovados por não se encaixarem em termos de elegibilidade, ou seja, aquilo que pretendemos fazer com este Plano Estratégico de Cooperação e Desenvolvimento, é definir as linhas prioritárias de cooperação estratégica, os projetos que podem vir a ser associados para cada um dos associados do AECT. Esta entidade deverá ganhar maior relevância a partir de 2014.....



3. Eventos/Acontecimentos

22 Fev.: Assembleia Geral do ZASNET-AECT



- Adjudicado o concurso "Biosfera Transfronteiriça" a candidatar à UNESCO;
- Aprovada a realização do Plano Estratégico de Cooperação e Desenvolvimento Territorial: Quadro Comunitário 2014-2020;
- Eleição dos Órgãos Diretivos.

----- E terminei, Sr. Presidente. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara.

----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento sobre o Estado e Vida do Município?

----- Eduardo Malhão e Leonel Fernandes. Registamos dois pedidos de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Malhão para o seu pedido de esclarecimento.

----- **António Malhão** – Renovo os meus cumprimentos a esta digníssima Assembleia, muito telegraficamente duas questões para a Câmara Municipal. Uma delas e porque entendo que os partidos devem ser absolutamente exemplares em matéria de cumprimento de regras, o que eu perguntaria era em que regra e qual é exatamente o regulamento municipal ou postura para autorizar a colocação de publicidade dos partidos.

----- Ainda agora recentemente o PCP pôs lá uma plaquinha de um outdoor na Sá Carneiro, eu gostaria de perguntar se isso tem custos, se há posturas, se há regras, como é que isso funciona. E também se aqueles partidos que indevidamente e até no atentado ao ambiente colocam campanha eleitoral em equipamentos coletivos, como se vêm alguns, se já existiu algum caso de alguma contra ordenação, exatamente como é que a Câmara reage perante essas situações de abuso.

----- Uma última questão tem a ver com o passeio do lado esquerdo da Avenida Abade de Baçal, entre a Escola do Primeiro Ciclo do Campo Redondo e o Modelo, que está num péssimo estado há

vários anos, há reclamações de proprietários, e sendo aquela uma das principais avenidas da cidade, em termos de dignidade e extensão e até do nome, a Abade de Baçal, e havendo ali uma desconformidade entre um passeio e o outro, quais são exatamente os planos que a Câmara tem para superar esse ponto negro, diria assim.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Fernandes.

----- **Leonel Fernandes** – Mais uma vez, bom dia. Como o Sr. Presidente não se referiu aqui na parte dos outros assuntos tratados nas reuniões de Câmara, nós gostávamos que no âmbito da revisão dos tarifários da água que foram efetuados, que nos pudesse esclarecer aqui de duas ou três questões muito concretas. A CDU congratula-se efetivamente com a redução, ou com o pagamento mais baixo nalgumas áreas rurais, mas gostávamos de saber, por exemplo, fala aqui nas revisões tarifárias, se foi para cima ou se foi para baixo, não temos nada que no-lo diga.

----- Mais, se foi para cima, qual foi a percentagem a mais que essas pessoas estão a pagar, ou seja, para nós sabermos se estão a pagar muito mais do que pagavam antes, ou se foi uma atualização baixa.

----- Uma outra questão, também, como é que se define, onde é que está isso, como se define se uma família é carenciada ou não carenciada, e qual é o critério utilizado para definir as famílias numerosas.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, pelos seus pedidos de esclarecimento.

----- Sr. Presidente de Câmara, tem a palavra para fornecer as explicações que entender serem adequadas às *questões formuladas*.

----- **Presidente da Câmara** – Para o Sr. Deputado Eduardo Malhão - Regulamento sobre publicidade dos partidos - A publicidade partidária tem orientações legais próprias. Os partidos comunicam ao Município a sua intenção de colocação de publicidade no espaço público, normalmente entregam esse trabalho a empresas, o que seria sensato era que as empresas contactassem os respetivos municípios e articulassem os melhores locais para colocação, para não darem cabo dos jardins, não levantarem passeios, às vezes muito caros, particularmente passeios em cubos de granito, porque são buracos que ficam e que deterioram o espaço e a imagem pública.

----- Contra ordenações que o Município tenha feito nesse âmbito? Não fizemos nenhuma, nem tencionamos fazer. Os senhores deputados estão ligados a grupos partidários, devem ter a preocupação de avisar as estruturas nacionais, no sentido de serem mais cuidadosas, poupando as cidades, ajudando a cuidá-las não a estragá-las, a publicidade partidária pode ser colocada e deve ser colocada, faz parte da prática democrática, mas os elementos publicitários de mensagens deveriam ser melhor cuidados, tanto no que respeita aos locais de colocação, á forma e até á manutenção.....

----- Passeio do lado esquerdo da Avenida Abade de Baçal até ao Modelo - Sabemos ser necessário intervir, mas não temos o dinheiro para tudo, há escassez de recursos, estamos totalmente concentrados, nas intervenções que podem captar fundos comunitários, o resto do investimento, só em intervenções prioritárias de manutenções obrigatórias. Mantemos atividades normais de manutenção urbana como seja as que decorrem nos passeios da Avenida Abade de Baçal, no troço entre o Hospital, e a antiga passagem superior do caminho-de-ferro. Uma equipa de administração direta da Câmara refaz pavimentos levantados juntos das árvores, repõem caldeiras etc., mas são trabalhos mais simples, o trabalho que referiu exige uma intervenção de outro nível e não temos dotação no Plano de Atividades para poder responder a essa situação.

----- Questão da água, revisão dos tarifários - Como é que se determina a situação de carência de um agregado familiar? Através do rendimento médio per capita. Consideramos que para famílias com rendimento médio per capita inferior à pensão mínima, que são 195€, será feita imediatamente uma redução de 50% na fatura. Quando iniciou a crise, no ano de 2008, fixámos uma redução de 20% para famílias carenciadas. Compreendemos que face ao acentuar da crise que se impunha reagir de uma forma mais afirmativa, perante as famílias que estejam em situação de carência, e portanto passámos a redução para 50%. São consideradas famílias numerosas as que tem mais de seis pessoas no agregado familiar, e estas beneficiam de um maior consumo a preço mais baixo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Abrimos, agora, um período para intervenções sobre o Estado e Vida do Município.

----- Luís Filipe Fernandes do PS, Guedes de Almeida do CDS/PP. Registamos duas intenções para inscrições para se formularem intervenções sobre este tema. Tem a palavra o Sr. Deputado do PS, Luís Filipe Fernandes.

----- **Luís Fernandes** – Muito bom dia a todos, e cumprimento o Sr. Presidente da Câmara e Sra. Vereadora, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Secretários, Caros Colegas, Comunicação Social também.....

----- A minha intervenção vai ser muito rápida e é só para fazer aqui uma pequena achega, e o meu contributo talvez, a uma questão que ontem eu recebi em casa um papelinho do Sr. Presidente da Câmara, solicitando a todos os munícipes o alerta para a questão da seca e da falta de água que temos no País, começa por ter proporções graves e Bragança como tal não escapa a essa situação.....

----- O problema é grave na agricultura, o problema é grave em vários setores e o problema começa a ser também grave parece que a nível nacional, não tão grave no abastecimento público porque grande parte das Barragens, ou o ano passado encheram e portanto mantém ainda níveis que em termos de abastecimento público vão manter ainda esta ano segurança no abastecimento público às populações. ..

----- No entanto Bragança, pelos vistos, eu não estive lá não conheço, mas acreditando no que diz o Sr. Presidente da Câmara, as chuvas de novembro não foram suficientes encher a Barragem e portanto atendendo que se perspectiva que não vai chover nos próximos tempos, podemos ter a situação complexa, e portanto o Sr. Presidente da Câmara, e bem, começa a alertar as populações para a disponibilidade de todos nós, portanto contribuirmos para a poupança desse bem essencial para todos nós. E o meu contributo ia no sentido de que já aqui referi isso na última Assembleia quando aqui falei sobre esta questão, penso que de todas as estratégias que o Sr. Presidente vai ter que adotar para minimizar o problema, tem em Cova de Lua uma situação que deveria, a meu ver, olhar para aquela situação, e, das duas, uma, porque como eu disse aqui no último dia a Câmara hoje está a retirar o mínimo dos mínimos de água daquele aquífero, aquele aquífero tem disponibilidade de água muito maior, ou recuperando os furos que ali estão, ou seja, abrindo novamente e recuperando os filtros e toda a situação porque a bomba hoje está situada a dezoito metros de profundidade, quando devia estar situada a quarenta e tal. Não está porque? Porque o furo está colmatado, está assoreado, e a Câmara, ou recuperando essa captação ou fazendo uma ao lado, tinha ali uma situação para neste ano de emergência que se aproxima poder ir recuperar e ter ali mais disponibilidade de água.....

----- Portanto esse era o meu contributo e o alerta que eu fazia ao Sr. Presidente da Câmara que atempadamente, porque tem tempo ainda, recuperasse a captação ou fizesse uma nova porque se calhar fica mais económica em termos de contas, fazer uma captação nova ao lado e reforçar o sistema de Cova de Lua, portanto era essa o meu contributo e o meu alerta que fazia aqui.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes.....

----- Tem a palavra, agora, Guedes de Almeida para a sua intervenção.

----- **António de Almeida** – Mais uma vez bom dia.....

----- Estado e Vida do Município - Dr. Amândio Gomes, eu referi aqui, destaquei o exemplo da Faurécia, dei-o como positivo, foi boa aprovação, portanto soube destacar, e soube também dizer que o apoio que teve a Faurécia não tiveram os empresários desta região, foram totalmente desapoitados, e pelo menos em 2010, dez empresas da construção civil, que eram conhecidas, foram lá, foi-lhes sentenciada a insolvência, de boa fé, sem fraudes, portanto de uma necessidade total. E porque? Não são os bancos, os bancos são entidades privadas que querem ganhar o seu, tem que ter segurança, mas têm que ter algum apoio por trás, não havendo obras, não havendo infraestruturas, havendo dificuldades acrescidas efetivamente que os bancos não emprestam, não dão, e também não há o apoio institucional, como não há, e aqui eu alertei, várias vezes, as situações, há exemplos, estão vivos, ali no Loreto tem um, na rua do Loreto, foi as taxas que a Câmara cobrava, eram exageradas, quando os Municípios tinham a taxa zero em zonas já consolidadas urbanisticamente, esta teimou até à última, há ali um exemplo, foi-lhes cobrado trinta mil contos, trinta mil contos, inicialmente foi-lhes pedido sessenta mil contos, uma zona consolidada, não aguentou, está lá, vai estar anos.

----- Portanto a diferença daí, e é nesse aspeto que eu tecerei alguma críticas, e não é bota abaixo, eu não faço política do bota abaixo, são críticas que eu alertei, se há municípios que, no sentido de renovação e preservação da zona histórica, isentam de taxas, porque não Bragança isentar taxas e cobrar, pensavam na altura e diziam - os empreiteiros ganham dinheiro, aquilo sobra-lhes, não tenha pena dos empreiteiros! - A situação está aí à vista, foram todos, e eram empresários de referencia, alguns, um ou outro, com pior ou melhor, digamos assim, sustento económico e suporte económico pessoal, vão aguentando, mas só já quase para entreter, e daí todas as sequelas que há na economia local. Agora a banca não tem, efetivamente é um problema de taxas e Bragança digo aqui, é dos Municípios que cobra a maior taxa de IMT do País, do País, portanto não há ninguém que queira vir para aqui, e há situações disparas neste Concelho em termos de taxas de IMT, que esta Câmara nunca quis atualizar, eu digo, não quis, porque houve até Comissões ??? e ouve aqui propostas que nunca foram conseguidas para efetivamente estudar quais as taxas a incidir.

----- Há aqui exemplos concretos. Um cidadão compra um apartamento para cá da linha da estrada do Portelo, um T3, são 125.000.00€ e só dá 100.000.00€, no entanto o fisco cobra, e cobra porque tem uma participação da Câmara nisto, não é na fórmula. Portanto isto não foi corrigido, isto devia ser corrigido, portanto são medidas que efetivamente obrigam a cativar as pessoas, isto é chamada a política fiscal Municipal, que também tem, e já que vai arrecadar, mas não, interessa arrecadar muito, e a situação levou a isto, e há aí construção completamente vazia que nunca mais vai ser vendida e alguns já se têm vendido quase com o dinheiro à vista, e vai para metade do preço. A situação chegou a este

ponto, e as pessoas não vêm, e agora foi aqui referido o empreendimento onde se prevê mais implantação em altura, na construção. Para que? Pergunta-se. Veremos daqui a uns tempos. Portanto isto não é política do bota abaixo, é uma política para as pessoas. Houve aqui um Sr. Presidente de Junta que veio aqui dizer que não tem cobertura de redes móveis, ele disse isto, metade do Concelho não tem cobertura de rede móvel, é através de Espanha. Isto também é uma obrigação, pelo menos, de alertar as empresas de telecomunicações de ter atenção às pessoas, nada é dito, a maior parte não tem, isto tem a ver também com a política das pessoas.

----- Falei aqui em pessoas, falei das homenagens, e eu pergunto, de todos os homenageados que foram homenageados nestas cerimónias, quantos foram propostos por alguém que não fosse o próprio executivo, para não dizer o próprio Presidente da Câmara, e eu na próxima comprometo-me a apresentar um ou dois currículos, veremos se são efetivamente analisados, ou qual será a posição do júri. ---

----- Mas, no entanto, o Professor Braga da Cruz, efetivamente que ele como Presidente da CCRN teria que ter uma postura política, não foi para Bragança em especial, agora, na minha perspetiva e na perspetiva das pessoas deste Concelho, da grande maior parte, ouve-se na rua, não merecia um prémio de ser cidadão, e logo embaixador, quer dizer, isto é pomposo, embaixador de quê? De Bragança e Cooperação Transfronteiriça! Chamem-lhe o que quiserem.

----- E depois também, eu pergunto se alguém conhece, ou pouca gente conhece, em Bragança, para merecer um prémio e as chaves da cidade, o professor Dr. Eduardo Augusto Alves Vera Cruz Pinto, natural de Lisboa, quer dizer, isto não é política do bota abaixo.

----- E referindo-me à Dr. Alcina Correia, que foi aqui referido, a Dr. Alcina foi ultrajada, na altura, pela *simuneta* Luz Afonso, ela foi expulsa do museu, foi uma Senhora que foi mal tratada politicamente, portanto efetivamente está presente, e tecer-lhe uma homenagem aqui, lembrá-la, eu só quis aqui lembrar, e como será de futuro, será um dos currículos que eu iria apresentar, apenas para lembrar uma figura de cá, ficou cá e que praticamente ficou esquecida, e no entanto tem o mérito ainda agora, já depois de aposentada, de tirar o seu doutoramento.

----- Não é a política do bato abaixo, e o Sr. Presidente referiu aqui uma expressão que revela ignorância, eu acho que isto é uma maneira de forma de estar na análise dos problemas locais, da política local, poderá chamar-me ignorante, que não levo a mal, eu sei até onde vão as minhas limitações, agora, como Presidente da Câmara dizer que revela ignorância e não querer entender aquilo que as outras forças representativas aqui estão nesta Assembleia, a querer-lhe. para a melhoria das condições

de vida das populações do seu Concelho, é que eu acho que chamar-lhe ignorância não está correto, e não está correto por aquilo que eu já disse até aqui, onde aqui se diz que tem uma política de taxas municipais, no âmbito de taxas e licenças para construção, que são das mais altas do País, onde é quase impossível uma pessoas querer fazer uma habitação, com as taxas de infraestruturas e isso tudo, onde as taxas de IMT são das mais caras do País, estão ao nível de Cascais, da Maia, portanto não há atração e vem aqui de certa forma quando quer contradizer isto, das capitais de distrito que é das melhores, há uma ou outra, quer dizer, confundir o todo nacional também com capitais de distrito quando se procede a uma reforma administrativa, certamente hoje duvidar-se-ia se Bragança pudesse ser capital de Distrito, mas vendo ainda nesse estatuto de Capital de Distrito, há cidades que não são capitais de distrito, mas com um desenvolvimento económico muito superior ao Concelho de Bragança e à cidade de Bragança, que efetivamente praticam taxas digamos assim de cativação de pessoas, e atração de pessoas, quer para trabalhar, quer para viver, e que são mais atrativas.

----- Portanto criticar isto e vir aqui dizer que é o bota abaixo, não é o bota abaixo, a minha intervenção aqui sempre foi e é defender os interesses, o bem estar da população. E a mim constrange-me efetivamente, a critica vai neste sentido, Bragança não tem ninguém à noite, está tudo fechado, não há comercio, não há atividade comercial, não há empregos, não há médicos, não há saúde, aos Domingos não há um restaurante onde se possa almoçar em Bragança, e se se chaga a Vila Real e se vê os restaurantes cheios, eu pergunto, ... a culpa é do Presidente da Câmara, porque Bragança tem que ter, e eu aqui vou referir um, há quem não goste dele, eu gosto, para mim um líder local deve ser um líder que está sempre ao lado das populações, que faz ouvir junto do poder central, mas faz-se ouvir em vós alta quando os problemas também são graves, e eu refiro aqui Alberto João Jardim, tomara eu tê-lo como Presidente da Câmara ou Governador Civil ou qualquer coisa do Distrito de Bragança, ninguém o pode acusar apenas de querer ter gasto dinheiro, gasta dinheiro, mas defende as suas populações, defende os seus trabalhadores, defende os seus empresários, não se cala, faz barulho, e depois chega a consensos, mas são consensos em que insere também o poder central, nós nunca vimos esta posição de força de alguma voz aqui vir, houve! eu referi aqui o José Luís Pinheiro, de boa memória, liderou manifestações quando foi a saída do Quartel, liderou manifestações quando foi do fecho do matadouro, houve atenção, houve contrapartidas, o fecho do quartel tem o Politécnico, foi a contrapartida dada, se ficasse lá cima no gabinete ou aqui, acho que na altura ainda era aqui, portanto não teríamos sequer Politécnico de Bragança, é ele que vem cá, o Professor Réfega, talvez merecesse uma homenagem, não sei se já foi, para comprarem a quinta de Santa Apolónia, eu era Vereador nessa altura, foi reunido aqui na Praça da Sé para comprar a quinta, que haveria atenções, para ali se instalar, na altura, a Escola

Superior de Educação, pronto são estas intervenções e ele soube liderar movimentos, e é isso que eu digo não tem havido liderança de movimentos, e durante os 14 anos de mandato do Sr. Presidente da Câmara de Bragança, eu cinjo-me a isto, Bragança perdeu cerca de dez mil postos de trabalho, Concelho de Bragança, esta é a realidade.

----- Perdeu-se qualidade de vida, há pessoas, há populações, eu tenho dito sempre, há aldeias nem sequer tem o direito, e muitas aldeias, de votar no dia das eleições, é-lhe sonogado esse direito, não lhe é colocado lá uma Mesa de voto, nem lhe é facultado o transporte para irem votar. Esta é uma realidade que tem a ver, digamos assim, com a nova doutrina saída do pós 25 de Abril, porque se não fosse assim eu quase, e muitas vezes tenho dito, para quê o 25 de Abril? Porque após 25 de Abril e com esta política e vindo distinguir o Professor Braga da Cruz, eu refiro aqui, houve pessoas distintas, nem sequer foi proposto o nome, foram da terra, Armando Vara, Duarte Lima, exato, mas é um exemplo, porque não? Não há nada, são da terra, pronto, fiquemo-nos por aqui.

----- E vou-lhe agora dizer, quer Armando Vara, quer Duarte Lima, fizeram mais em termos de trazer interesses para a sua terra, do que fez o Professor Braga da Cruz.....

----- Foi aqui dito - as empresas Municipais, o Mercado Municipal - O Município gastou, pelo menos , seis milhões de euros ao ficar com o Mercado Municipal, para quê? Primeiro foi Empresa, para quê Empresa Municipal? Para quê uma empresa Municipal, para quê o Matadouro de Bragança ou a Terra Fria Carnes Unipessoal? Que já ninguém lhe pega, quando houve a hipótese até de ser vendido. Quando gastou ali a Câmara? Na defesa e interesses de quem? Que política fez para que efetivamente o Matadouro fosse rentável e pudesse servir os interesses dos produtores? Houve alguma orientação? Houve apenas uma, na Campanha Eleitoral cabia o Matadouro.

----- Portanto a realidade de Bragança é esta, a realidade de Bragança é que dentro no máximo dentro de 10 anos, Bragança fica efetivamente aí com coisas bonitas penduradas, pessoas para a visitar, como hoje já os números o indicam, são muito escassos, não justificam o que ali se está a gastar e as pessoas continuam a viver cada vez pior, já se fala aqui quase em mendicidade, de descontar, quando eu acho que há pessoas que nem sequer deviam pagar água.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, está terminado o período que decorreu, houve inscrições para intervenções sobre este ponto - Estado e Vida do Município - estão terminadas as intervenções, passamos para o ponto seguinte.

-----**PONTO 4.2** - A solicitação do Grupo Municipal da CDS/PP, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, **DISCUSSÃO SOBRE “AS TAXAS E ÍNDICES INCIDENTES NA FATURA DE ÁGUA AO CONSUMIDOR NO CONCELHO:**

a) INCIDÊNCIA SOBRE A ESPECIFICIDADE COMO TAXA NO DESIGNADO “ QUOTA DE DISPONIBILIDADE”;.....

b) O PRINCÍPIO DO CONSUMIDOR/PAGADOR E O CUSTO DA ÁGUA PAGO NO MEIO RURAL”

----- **Presidente da Mesa** - Este tema já tinha vindo na última Assembleia, mas como se recordam já foi um tema final, já não houve disponibilidade de tempo para se abordar de forma adequada, pelo que na Comissão Permanente o CDS/PP pediu a reintrodução do tema e assim foi aceite pela Comissão Permanente, de modo que vamos passar à discussão deste tema.

----- O Sr. Deputado Guedes de Almeida terá que fazer a intervenção.

----- Entretanto é-me pedido pela Câmara, e eu não tinha reparado que a Câmara pretendia, perante, ainda, o tema anterior do Estado e Vida do Município, queria proceder a uma intervenção final. Então peço desculpa aos Srs. Deputados, não tinha reparado que a Câmara tinha intenção de fazer esta intervenção final, ainda no Estado e Vida do Município.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero deixar duas ou três notas breves, uma que tem a ver com o apoio às empresas, a Câmara Municipal tem um âmbito de competências muito bem definido, seguramente que as empresas do setor de construção civil e obras públicas não estão a abrir falência por políticas erradas da Câmara Municipal, não acontece assim, em Portugal não acontece, em Espanha, na Grécia e noutros países com baixo crescimento ou recessão. A conjuntura económica e financeira global que não lhes dá espaço de manobra para poderem continuar com o mesmo nível de atividade que dispunham porque o mercado entrou em contração. Há menos obras públicas, há menos edifícios a construir, há menos financiamento para a construção e é inevitável que o setor se vai reajustar, não vai extinguir-se o setor de construção civil e obras públicas, vai reajustar-se. É certo que continuarão a existir obras públicas para executar, os Governos vão continuar fazer investimento, hoje o nível de investimento dos Governos é muito baixo, porque não há dinheiro para esse efeito, pelo contrário tem sido suspensas obras prevista e até já iniciadas. O investimento no Orçamento de Estado, hoje, não tem expressão e também em muitos municípios não tem expressão nenhuma. O orçamento de despesa corrente supera já os noventa por cento em muitos municípios.

----- Não se pode solicitar às Câmaras Municipais seja a de Bragança ou outra qualquer que impeça esse reajustamento do setor de construção e obras públicas, não é possível, a Câmara não pode injetar

dinheiro nas empresas, não pode fazer saneamento de reequilíbrio financeiro das empresas, o que quer que seja. Os instrumentos do Município em termos das suas competências, que têm a ver com incentivos, como seja a derrama, a redução de taxas e tarifas, tem uma aplicação universal para além de não se poder fazer demagogia com o orçamento municipal, comprometido com respostas obrigatórias e que servem todos os cidadãos, relativamente às quais não pode ocorrer falha.

----- O Município tem reduções, no Centro Histórico, nas taxas urbanísticas até aos 75%, mantém taxas muito reduzidas, melhor dito, simbólicas, nas aldeias, no sentido de incentivar a recuperação das construções existentes. Peço-lhe que reflita, quantos Municípios, na região, mantêm o investimento que mantém o Município de Bragança? Faça esse exercício em vez de só dizer mal, só falar de desgraças para as ampliar, faça esse exercício, quantos Municípios mantêm o investimento que Bragança está a manter? Quantas ruas, das que estão na cidade, quantas estão diretamente afetadas a investimentos do Município? Esse sim é um esforço que o Município pode fazer, se tiver condições financeiras e felizmente o Município de Bragança tem condições financeiras, porque governou com equilíbrio, não desperdiçou, isso o senhor não quer valorizar, mas os cidadãos são inteligentes, pensam por eles próprios, e sabem a quem e como confiar o governo do município.

----- Em termos de lideranças, lideranças regionais ou locais, cada um é como é, o Dr. Alberto Jardim pessoa de elevado mérito pessoal e político, que fez muito pela Região Autónoma da Madeira, tem neste momento que assumir um conjunto de medidas restritivas e de sacrifício para os cidadãos, no sentido de equilibrar as contas regionais, cortando drasticamente no investimento e submeter o povo da Madeira a um plano de austeridade, com consequências negativas.

----- Do meu ponto de vista é preferível para o Município que nesta fase de grandes dificuldades do País, a nível económico, financeiro, de grande contenção na despesa pública, de grande contenção no investimento, que o Município esteja mais à vontade para manter algum investimento, para pagar a tempo e horas aos seus fornecedores, do que numa situação oposta, isso seria perfeitamente errado, desajustado e contrário, contrário a perspectivas de desenvolvimento e crescimento do nosso Município, situação de equilíbrio em que também ocorreu o maior ciclo de investimento municipal de que há memória, e isso não pode deixar de ser identificado com um bom exercício de gestão associado a uma estratégia de desenvolvimento.

----- Não é verdade que, o Sr. Deputado insiste frequentemente nessa situação, Bragança tem as taxas urbanísticas mais elevadas, não é verdade, é preciso falar com verdade, nem o tem nesse âmbito nem o tem no âmbito do IMI, e as referências têm que ser feitas, têm que ser feitas referências equivalentes, se pretender fazer referências com Municípios bastante mais desenvolvidos, com um nível

de receitas muito elevado, com um universo de tributação muito grande, provavelmente encontrará algumas taxas e tarifas que comparativamente a Bragança podem ser mais baixas, pois provavelmente o dinheiro chega-lhes de todo o lado, sendo certo termos o dever de manter equilíbrio nas finanças do Município. E isso os cidadãos compreendem e entendem, ninguém gostaria que o Município de Bragança não pagasse a recolha e o tratamento de lixo, não paga-se a prestação de serviços de água, bom, mas há muitos Municípios que não pagam há mais de dois anos. Mas, e pergunto como é que podem sobreviver as empresas? Como é que podem pagar os salários aos seus trabalhadores? Que confiança pode dar aos cidadãos? Isso não é uma boa política, Sr. Deputado, portanto o equilíbrio, desde que discutido e partilhado é sempre uma boa regra de gestão.

----- Uma nota ainda que queria dar aos Srs. Deputados, é a de que o Senhor Professor Doutor Eduardo Vera Cruz, que recebeu em Bragança a Medalha de Mérito do Municipal, seguiu no dia seguinte para São Paulo onde recebeu o título de cidadão Paulistano atribuído pelo Município de São Paulo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Então retomamos o último ponto, e nesse sentido tem a palavra o Sr. Deputado Guedes de Almeida do CDS/PP para fazer a introdução do ponto.

----- Recordo, Sr. Deputado, tem três minutos.

----- **António de Almeida** – Mas agora vamos à água porque senão isto levava-nos, de facto, como vemos já aqui, daria para uma conferencia sobre posições relativamente à gestão do Concelho, há perspectivas diferentes, eu referi-me aqui a uma questão que já está passada, está arrumada, que é facto, o Sr. Presidente fala numa postura atual em situação de crise que efetivamente eu estou de acordo com aquilo que disse, o problema foi até aqui.....

----- Do Professor Vera da Cruz, é outra novidade, portanto é um cidadão do Mundo, não é só de Bragança.

----- O problema da água - A primeira questão que eu colocaria, que é um problema, que houve Câmaras, já, a de Gouveia, por exemplo, com bens penhorados por dívidas à empresa de águas, da zona, aqui é que efetivamente gostaria de saber, que não se sabe, qual é efetivamente o montante da dívida da Câmara de Bragança às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

----- E agora relativamente à tarifa das águas, efetivamente Bragança também vinha há dias referido, ou já tinha sido referido, sobretudo, acho pela DECO, que Bragança paga dos tarifários mais caros também do País. O problema da falta de água é um problema que já se arrasta também praticamente logo após, ou desde sempre, digamos assim, mas que eu me lembre também ainda foi um dos problemas do Eng., hoje lembro aqui muito, foi talvez a minha primeira experiência nestas questões,

digamos assim, na participação na vida local, que levou a deslocar-se a França e a levar para a frente o empreendimento do Alto Sabor, que parou a partir de determinada altura. É uma questão também, que isso se há de tentar saber, é porque é que não foi completado o empreendimento do Alto Sabor na sua totalidade e sobretudo agora com aquela última construção que faz falta, que é a Barragem das Veiguinhas.....

----- A Barragem das Veiguinhas, segundo consta, terá sido preferenciado que fosse feito o túnel em frente ao Teatro em vez da barragem das Veiguinhas, no tempo do Primeiro Ministro Durão Barroso. Isto é uma questão política, uma questão de opção, e em que depois com a transferência de responsabilidades para as Águas de Trás-os-Montes a questão parou porque seria um empreendimento... ..

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, tinha 3 minutos e deveria cingir-se à questão muito específica da água, esgotou o seu tempo.

----- **António de Almeida** – Mas isto é uma questão de água, só tenho estado a falar de água.....

----- O problema das taxas - Efetivamente há que discordar, “quotas de disponibilidade” é uma taxa, ou não é uma taxa?

----- Todos os cidadãos de Bragança que consomem água pagam quotas de disponibilidade à volta, eu vou ainda na moeda antiga, cerca de quinhentos escudos mensais, só por lá estar, isto corresponde a que serviço prestado, da Câmara, para ser faturado, digamos assim.

----- O problema de custo dos mais caros do País, e agora também a situação de crise, o que se pergunta, e por isto já vê, ainda vai aumentar, quer dizer, as dificuldades aumentam, vai aumentar mais um consumo, e cada consumidor de Bragança verifica se gastar uma média de três euros vai pagar quase cinco vezes mais, quer dizer que relativamente ao consumo de água há ali uma quintuplicação de custos, cujos índices de incidência não se sabe porque é que é atingido aquele montante.

----- Nas aldeias o principio do consumidor/pagador, no meio rural, quer consumo, quer não, pagam sempre todos os meses cinco euros. Portanto isto também acho, considero, com as devidas cautelas, “abusivo”, se não consomem não devem pagar, e isto leva a exemplos, por exemplo, no verão um imigrante que venha tem que pagar 60 euros para tomar banho se calhar durante os dias que está em casa, e é aqui que é referido o custo, o principio do consumidor/pagador e com incidência no meio rural. Em contrapartida também não há, digamos assim, uma uniformização nos custos pagos em todo Concelho, o meio rural paga de uma forma, tem um custo, o meio urbano paga de outra forma, tendo um custo. A verdade é esta,

----- A verdade é esta, a chamada taxa de disponibilidade ou quota de disponibilidade, na minha perspetiva não corresponde a nenhum serviço prestado pela Câmara, portanto deveria ser abolida, isto é uma questão jurídica, efetivamente aqui não irá ficar resolvida, apenas para alertar a população, que quotas de disponibilidade não corresponde a nenhuma taxa e a Câmara só pode cobrar taxas por aquilo que paga, isto é, se vem justificado na fatura da água a quota de disponibilidade, tem que dizer o que é, isto é abstrato, quota de disponibilidade pode ser muita coisa, e já sei que o Sr. Presidente vai dizer que pode ser muita coisa,

----- **Presidente da Mesa** – Bom, Sr. Deputado,

----- **António de Almeida** – Relativamente ao consumidor/pagador,.....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, terminou o seu tempo, portanto dou-lhe um minuto mais para terminar, eu tinha alertado que o tempo era escasso.

----- **António de Almeida** – E há um problema que surgiu de novo, que é, quem tem furo próprio sobretudo na zona industrial das Cantarias. Há ali pavilhões industriais que têm furo próprio, isto é, não consomem qualquer água por conta da Câmara, nem sequer um decilitro, é do próprio furo, que está legalizado, e que a Câmara agora lhe está a querer cobrar cerca de quatrocentos euros por mês pela utilização do furo, que não corresponde, quando a Câmara efetivamente não tem qualquer dispêndio relativamente a essa exploração de água, nem lixos, nem resíduos sólidos, não tem nada. Portanto esta é uma situação que está a afetar algumas empresas, porque eu gosto de colocar isto sempre em escudos, quatrocentos euros são oitenta contos de água por mês, sem que a Câmara ali gaste seja o que for para estar a cobrar essa receita.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, eu penso que vamos dar à Câmara o tempo necessário para fazer a exposição que estava já, julgo eu, preparada para a última Assembleia Municipal, e depois abriremos um período de inscrições para solicitação de questões e de intervenções.

----- Sr. Presidente de Câmara, tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Sr. Deputado Guedes de Almeida, a verdade tem que prevalecer sempre, o tempo vai passando, a memória pode não o ajudar, mas vou lembrar-lhe, sendo que se tivesse obtido informação mínima, não teria proferido tal afirmação, a não ser que a sua vontade seja a de pretender distorcer a verdade. ..

----- A Barragem de Veiguiñas - Diz assim: foi uma troca feita pelo Presidente da Câmara, para executar o Túnel, e foi feita com o Dr. Durão Barroso quando primeiro ministro.

----- Tome nota de que o projeto do túnel foi executado durante o primeiro mandato, 1998/2002, iniciados os trabalhos e executados na sua grande maioria neste primeiro mandato, com apoios comunitários que nos permitiram concretizar um grande projeto de requalificação urbanística, resolver um grave estrangulamento da cidade, e construir marcas evidentes de modernidade presente e futura. Foi na altura um dos maiores projetos de investimento municipal candidatado a fundos comunitários, teve uma grande ajuda do Eng. Braga da Cruz, era Primeiro Ministro o Engenheiro António Guterres, o Dr. Durão Barroso veio inaugurar a obra já no final. Nenhum dos governos financiou a obra, o investimento foi concretizado com recursos do município e da Comunidade Europeia. Trata-se pois de um grave erro da sua parte.

A Barragem de Veiguinhas deveria ter sido construída até ao ano de 1993, conforme previsto no Contrato Programa assinado pela Câmara Municipal (no tempo do Eng.º José Luís Pinheiro), e o Governo, ainda com Dr. Cavaco Silva como primeiro-ministro, mas a Câmara Municipal, no ano de 1994, sendo presidente o Dr. Luís Mina, por dificuldades financeiras e falta de compreensão do projeto, como estruturante do abastecimento de água, procedeu a revisão do contrato programa, retirando veiguinhas da execução, um erro de gravíssimas implicações negativas para o município. O que referiu está errado, sei que a sua atitude é de tentar baralhar as pessoas, é o seu estilo, eu sei que é assim, mas eu não vou abdicar de nesta e em todas as situações, reagir com a verdade informando a Assembleia Municipal e os cidadãos. A verdade não pode ser ocultada, tem que prevalecer.

----- Relativamente à questão do tarifário gostava que o Sr. Deputado, recomendava-lhe para uma informação mais completa, que eu posso não conseguir transmitir-lha, é essa a razão, a consulta à ata da reunião de vinte e três de janeiro de 2012 em que tomámos decisões nesta matéria. Há coisas que já estão ultrapassadas, mesmo assim irei fazer a seguinte intervenção:.....

----- Questão da quota de disponibilidade ou tarifa fixa - vou ler algo que tem a ver com aquilo que são as orientações legais no País, relativamente às quais está desfasado, tem a sua perspetiva, que eu respeito, mas a orientação legal no País não é essa, e não é essa que técnica e juridicamente está estruturada e que deve ser seguida pelas entidades gestoras dos vários sistemas.

----- Neste texto vou tentar responder a várias questões colocadas. Existindo redes públicas de abastecimento de águas residuais, ou de saneamento, é obrigatória a ligação à mesma, devendo ser abandonadas as soluções privadas, seja furos e outras captações, assim como fossas sépticas. Trata-se de um princípio geral, legal, estabelecido no Decreto-Lei n.º 369/83, e Decreto-Lei n.º 226-A/2007 que apenas permitem o licenciamento de sistemas particulares de captações de água para consumo humano e rejeição de águas residuais na condição da impossibilidade de um acesso a um sistema público.

----- Por outro lado a lei exige que em todos os prédios a construir, remodelar ou ampliar, a instalação de sistemas prediais de abastecimento de água e drenagem de água residuais, a obrigação de ligação justifica-se como forma de garantir a qualidade de água consumida, o tratamento adequado dos efluentes e a gestão dos recursos hídricos.

----- A construção de redes de abastecimento público de água e de saneamento e de água residuais exige avultados investimentos, o mesmo acontecendo com manutenção de redes, ou seja, independentemente do nível de consumos a entidade gestora tem que assegurar elevados custos fixos. Assim, em resultado dos elevados investimentos para construção e manutenção de redes públicas, todos os proprietários ou utilizadores de prédios localizados em zonas servidas pelo abastecimento de água e drenagem e tratamento de esgotos, beneficiam pela disponibilidade do serviço, tanto diretamente, pela ligação à redes, como indiretamente, pelas vantagens ambientais e de saúde pública associadas.

----- Faz assim sentido, como princípio geral defendido pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas Residuais) que os custos fixos de disponibilidade do serviço sejam suportados por quem deles tira vantagens, independentemente de uma utilização efetiva.

----- O tarifário do Município inclui tarifa fixa para a área urbana, como tarifa fixa para área rural, sendo que para a área rural ou urbana a tarifa fixa é variável de acordo com o diâmetro pedido da ligação, e que para o diâmetro habitual que é o de 13mm, a generalidade é de 90% das ligações, o tarifário do consumo em Bragança, urbano, é 2,36 € e na área rural está fixado em 2,00 €.....

----- Na área rural, outra alteração que fizemos, recentemente, foi a indexação do tarifário da área rural ao tarifário da cidade. Dispomos de um tarifário idêntico em que a tarifa fixa não é igual, é ligeiramente maior na área urbana, mais baixo na área rural, e os primeiros dois escalões de consumo na área rural são 50% mais baixos do que os escalões na área urbana.

----- Criou-se também, para a área rural, um escalão de mais baixo custo para instalações agrícolas e pecuárias não servidas por saneamento, para retirar dessa fatura, por um lado retirar os custos inerentes aos resíduos sólidos, retirar os custos inerentes ao saneamento e consumirem água a um preço mais baixo, portanto introduziu-se no tarifário este escalão.

----- Para famílias carenciadas decidimos reduzir, já o referi, em 50% o conjunto da fatura, respetivamente, a fatura é única, envolve água, saneamento - resíduos sólidos urbanos, portanto a perspetiva é para famílias com dificuldade reduzirem em 50%. Também para as famílias numerosas alargar o consumo do primeiro escalão até um total de 18m³, quando o segundo escalão inicia nos 10m³ o terceiro nos 15m³.

----- Finalmente salientar o seguinte, o principio básico é o de que deve existir um equilíbrio entre o custo do serviço e a receita do serviço, nós não conseguimos atingir ainda esse patamar, vai levar ainda algum tempo a ocorrer, diria alguns anos, esperemos que poucos, mas essa é a tendência, tendência porque os recursos dos municípios serão cada vez menos, há menos transferências da Administração Central, há menos receitas próprias, há maior contenção dos cidadãos no usos dos serviços, enfim há um conjunto de fatores adversos que não são só para amanhã, não são só para o orçamento deste ano, são para o orçamento dos próximos anos, é preciso, acima de tudo, em primeiro lugar, assegurar sustentabilidade aos tarifários. Não é possível para muitos municípios satisfazerem os seus compromissos com os prestadores de serviços, ou seja, recolha e tratamento de resíduos sólidos, tratamento de águas, tratamento de esgotos, porque alguns nem sequer têm tarifários, ou têm tarifários simbólicos aos municípios. Os munícipes não querem isso, os munícipes querem equilíbrio nas coisas, querem um preço adequado, que consigam pagar, que se ajuste ao seu rendimento, mas querem que a montante exista equilíbrio, não querem que os serviços deixem de ser prestados com a regularidade necessária e qualidade devida.

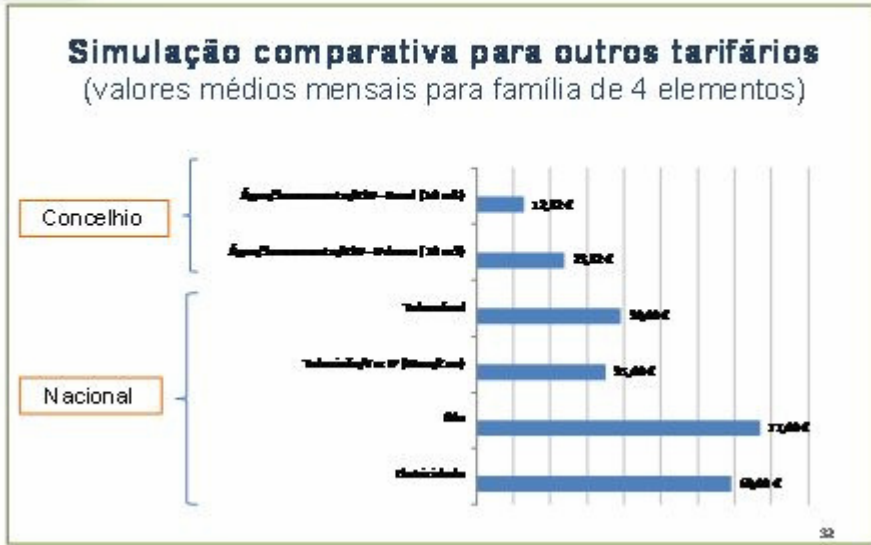
----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, peço desculpa, não deve intervir nesta Assembleia, o público teve, no início, meia hora para intervenção, lamento perfumadamente, não pode intervir nesta Assembleia. Prossiga Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Vou prosseguir, muito obrigado, Sr. Presidente. Atentos às dificuldades, fizemos uma comparação neste exercício de ajustamento, de criação da taxa fixa e de equilíbrio da fatura, obtivemos a informação necessária para conhecer o que é a fatura dos serviços a uma família média no País.

----- Assim, no Município de Bragança o consumo médio anda na ordem dos 10m³, temos uma fatura na área rural de 12.82€, a fatura envolve água, tratamento de esgotos e resíduos sólidos urbanos, três serviços, e temos a área urbana 23.82€, a fatura de telemóvel média no País, estamos a falar de uma família de 4 pessoas, agregado médio, a fatura de telemóvel é 39€, a fatura de televisão é de 35€, a fatura de gás é de setenta e 77€, eletricidade é 69€. Repare, três serviços prioritários, ninguém quer o lixo à porta de casa, ninguém quer que falte água com qualidade, ninguém quer os esgotos a sair na rua, três serviços numa só fatura, comparem os preços. Nós dizemos, há um esforço de ajustamento que está a ser feito no País, há muita margem da parte dos cidadãos para poupar noutros serviços, não tão prioritários como estes serviços que presta o Município. O Município faz um exercício seguro, de equilíbrio e de responsabilidade no sentido de não castigar os cidadãos.



Revisão Tarifária



----- Quanto às fontes de informação, trata-se de dados obtidos oficialmente, são os valores oficiais registados. Há muita economia a fazer nos serviços que referir, já nos prestados pelo município, o valor global é claramente acessível.

----- Fizemos uma evolução no tarifário no que diz respeito às captações próprias, constatando-se existir várias habitações e edifícios, na cidade, dispendo de captações próprias de água, beneficiavam do serviço de drenagem e tratamento de esgotos e recolha e tratamento de lixos, não pagando o custo exigível.....

----- Detetámos duas situações: consumidores com contratos, mas que dispõem de captações próprias e por isso não consumindo água beneficiavam da rede de esgotos e recolha de lixo, sem pagar. Consumidores sem contrato, com captação própria, não contribuindo sequer com a quota de disponibilidade, ou taxa fixa, e usufruindo igualmente da rede de tratamento de esgotos e do sistema de recolha de lixos.

----- Todas as situações foram identificadas, foram notificados os cidadãos ou empresas, dos termos do Regulamento do Município, no sentido de que as captações próprias só podem ser usadas para fins distintos do consumo doméstico, e que existindo redes públicas se obrigavam a requer as ligações e os respetivo ramais.....

----- Para as situações com contratos, com captações próprias, as tarifas para saneamentos e resíduos sólidos urbanos, são fixadas em função da tipologia da área bruta da construção, para consumidores domésticos ou não domésticos, ou seja, fizemos um ajustamento e uma correção ao

tarifário também neste âmbito, falando com as pessoas, falando com as empresas, propondo alterações, e de um conjunto de duzentas e vinte e cinco situações identificadas, estavam já em dezembro resolvidas 80% das situações. As pessoas compreenderam que tinham de colaborar, como colaboram os outros cidadãos, que podiam utilizar as suas captações próprias, sem problema nenhum, mas não para o consumo doméstico, para lavagens industriais, domésticas, o que é que quer que fosse, e, como salientei, já em dezembro 80% tinham feito esse ajustamento.....

----- Recomendamos, assim, às pessoas que tinham captações próprias, para as utilizarem em regas, em lavagens, outros fins e que para o consumo doméstico ligassem às redes públicas, e assim o fizeram.

----- No fundo este trabalho é um trabalho equilibrado, é um trabalho justo, é um trabalho que procura colocar todos os cidadãos numa situação idêntica. A gestão não é perfeita, constatámos que tínhamos estas situações ainda, a cidade cresceu muito nos últimos anos, não é fácil dominar tudo, fez-se este trabalho de avaliação, fizeram-se correções, e pessoas que foram confrontadas com faturas elevadas num dado momento, passaram a ter as suas faturas reduzidas, caso de pessoas ou empresas que não pagavam serviços, ao ser aplicado o tarifário as faturas dispararam. O que se fez foi dialogar com as pessoas, com as empresas, fazer estas correções, não digo toda, quase toda a gente compreendeu e todos vão ter que evoluir para aquilo que é o Regulamento Municipal, aprovado nesta AM, para que não haja cidadãos com tratamentos de favor.

----- Em traços gerais eu acho que procurei dar uma leitura suficiente aos Srs. Deputados.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Presidente.....

----- Abrimos um período de pedidos esclarecimento sobre esta matéria. Srs. Deputados pedidos de esclarecimento sobre esta matéria? A Mesa regista um pedido de esclarecimento de Guedes de Almeida, tem a palavra Srs. Deputado.

----- **António de Almeida** – Sobre o problema da água e tem reflexos, digamos assim, na matéria que estamos aqui a debater e a discutir, é se efetivamente a Câmara tem algum débito perante a empresa Água de Trás-os-Montes, o Sr. Presidente não respondeu.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, pela questão.

----- Sr. Presidente, pode responder? Imagino que não haja mais questões, portanto o Sr. Presidente vai responder a esta questão. Abriremos, de seguida, o período de intervenções.

----- **Presidente da Câmara** – Pagámos em janeiro a fatura de novembro, não está mal! Quero salientar, pagámos por conta, pagámos o que? A AM sabe que decorreu um período de negociação que envolveu a Associação Nacional de Municípios Portugueses, as Águas de Portugal, e o Ministério do Ambiente, diretamente a Sra. Ministra, ainda no Governo anterior, no sentido de encontrar uma

situação de equilíbrio no tarifário. O que propusemos foi, no universo das empresas do setor público, ou seja, no universo das Águas de Portugal, uma vez que a água em Portugal não é só distribuída através de sistemas públicos, há muitos sistemas privados no País, a proposta que fizemos - no âmbito do sistema público há sistemas que são altamente rentáveis, e há sistemas que são sistemas deficitários, o caso dos sistemas em territórios de baixa densidade, como é Trás-os-Montes e Alto Douro, e propusemos que se fizesse um equilíbrio, ou seja, que os tarifários se aproximassem para que os cidadãos das zonas do interior não fossem sacrificados com o pagamento de uma tarifa muito elevada, através do equilíbrio nos tarifários no universo dos sistemas públicos geridos pelo acionista maioritário, Águas de Portugal. ...

----- Esse acordo foi finalizado com alguma dificuldade, com muita negociação, e os municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro aceitara valores de tarifa cerca de 30% abaixo daqueles que estavam a ser praticados. Mudou o Governo, e este Governo, que tem uma orientação política diferente para o setor, ainda não aceitou esta negociação.

----- O Acordo que assumiram os municípios foi o de ainda que a empresa se obrigasse a faturar pelos valores anteriores, porque não tinha ainda a ordem da tutela para corrigir a fatura para os valores negociados, os municípios só fariam pagamento pela tarifa negociada mais baixa, ou seja, a Águas de Trás-os-Montes enviaria uma fatura para os municípios, os municípios pagariam parte dessa fatura e enviariam um ofício a solicitar nota de crédito relativa a um valor não reconhecido. Estamos assim com o pagamento em ordem à empresa.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, pelo esclarecimento.....

----- Intervenções sobre este tema?.....

----- Guedes de Almeida e Leonel Fernandes.

----- Tem a palavra, Guedes de Almeida. Tem sete minutos.

----- **António de Almeida** – Ora bem, mais uma vez, bom dia a todos. Pelo menos ficou-se com um esclarecimento mais correto e mais atualizado sobre o problema da água, ou do custo da água, ao consumidor no Concelho de Bragança, e, pelo menos, tendo sido agendado há que reconhecer o mérito que efetivamente, e eu reconheço que foram feitas algumas correções, segundo o Sr. Presidente aqui disse relativamente ao futuro, isto é, foram aqui já definidos critérios que mostram uma justiça relativa entre o meio rural e o meio urbano. O custo vai subir com atualizações, também não soube definir, se no fundo significa um aumento do tarifário, se não aumenta, só na prática, portanto o que daqui para diante ou quando forem efetivamente liquidados, o consumidor passa a saber se efetivamente há ou não subida, desconhecemos quais são os requerimentos/benefícios, ou se há a quota parte social que irá ser suportada para as pessoas mais carenciadas e que vão ser muitas mais neste concelho.

----- Relativamente a este problema que foi aqui levantado, da zona industrial, efetivamente que o Sr. Presidente já deu aqui um critério que, segundo eu presumo, será isto, as pessoas têm todas as infraestruturas, vão requerer como consumo doméstico e fica o problema solucionado, é isto Sr. Presidente? Portanto deixa de ser o furo, vão só requerer a ligação de água e ficam com o consumo doméstico e podem continuar e não pagam a água dos furos, pagam apenas o tarifário do consumo doméstico. Portanto também efetivamente é uma solução, certamente eu acredito perfeitamente que tivesse passado despercebido, a culpa é da legislação que as Câmaras têm que cumprir, qualquer entidade tem que cumprir, efetivamente foi confrontado e agora irá fazer as adaptações.

----- Eu perguntava também ao Sr. Presidente se efetivamente terá efeito retroativo este ajustamento da faturação, se agora lá for o consumidor, relativamente ao anterior, há pessoas que ainda pagaram 400 €, se... ..

----- **António de Almeida** - É só para o futuro! Pronto, este é o esclarecimento.

----- **António de Almeida** -Para a frente é mais caro? Pronto este problema ficou resolvido, pelos menos há um entendimento e julgo que é uma boa solução. O que eu gostaria, agora, aqui, apenas dizer, em termos de custos de água, é que continua o problema por resolver em terminadas situações de abastecimento de água, mas são questões pontuais que não merecem, digamos, um tratamento como sendo um problema generalizado e que há terminadas zonas e que serão resolvidos a contento junto dos respetivos serviços Camarários.

----- Relativamente à quota de disponibilidade, ou tarifa fixa, era isso que eu falava, é um conceito jurídico, o Sr. Presidente limitou-se a ler o que vem na lei e deu o exemplo, quer dizer, as pessoas têm efetivamente todos os sistemas à porta, mesmo não utilizando, querendo dispor dele tem que pagar, efetivamente que não poderá ser assim, uma pessoa quando tem uma auto estrada, se não utilizar a auto estrada não paga a portagem. Para os municípios interessa efetivamente, isto veio cobrir, é uma questão de decisão judicial, quer dizer, a taxa fixa uma pessoa não querendo utilizar te que pagar? Vai pagar só porque lhe passa à porta, mas não precisa mas tem que pagar, quando quiser vai pedi-la! Portanto isto é uma questão jurídica, de qualquer maneira também fica aqui o diferendo da análise da definição jurídica do que seja a taxa fixa, poderá ficar para um próxima AM aqui deliberar, colocar o problema judicialmente junto do Tribunal Administrativo, para definir se efetivamente os cidadãos são obrigados a pagar 2.60€ todos os meses por um serviço que podem não dispor.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Leonel Fernandes. Enquanto o Sr. Deputado Leonel Fernandes se dirige para o microfone, eu quero aproveitar para chamar a atenção do que diz respeito às presenças, queria só confirmar se Vanda Marisa Graça do Espírito Santo, do PS, está presente. Muito bem, Sra. Deputada tem que assinar a folha de presenças.....

----- Também chamar, porque eu não estou a visualizá-lo dentro da sala, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Babe, Alberto Pais - Não está presente; Presidente da Junta de Freguesia de França, Amândio Costa; Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mós, Anselmo Martins; Sr. Presidente da Junta de Paradinha Nova, Domingos Seca - Não está presente; Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Onor, António José Preto - Não está presente. Por fim, o Presidente de Junta de Sarapicos Armando Miranda.

----- Ainda quero pedir um esclarecimento, é que noto que está presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, mas julgo que a sua rubrica ou está ausente, ou está camuflada pela assinatura de outrem, queria só se me confirmasse se este risco que aqui está é a sua assinatura ou é uma camuflagem.

----- Sr. Deputado Leonel Fernandes, tem a palavra.

----- **Leonel Fernandes** – Muito obrigado. Ora, meus amigos, mais uma vez, muito bom dia,

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Sendo a água um direito fundamental, naturalmente que todas as vertentes ligadas ao recurso da água merecem um maior interesse por parte da CDU e do PCP e presumo que de todos os cidadãos. A proposta do CDS aqui em apreço aborda sobretudo as taxas e índices de fatura da água ao consumidor no Concelho, designadamente a incidência sobre a especificidade como taxa na designada quota de disponibilidade e o princípio do utilizador/pagador e o custo da água pago no meio rural.....

----- Sendo estes aspetos de grande relevância e não podendo deixar de fora desta discussão princípios fundamentais, dizemos, desde já, que defendemos a água pública e não privada, porque como fundamental ao ser humano não deve ser apropriado por um grupo de privados que têm como fundamental objetivo o lucro.

----- Defendemos o fornecimento da água à população em quantidade e qualidade, o que infelizmente no nosso Concelho ainda não é possível.....

----- Defendemos que, sendo a água um bem fundamental à vida, não se deve reger por essa tese peregrina do utilizador/pagador, que na prática nunca se aplica, que dá cobertura aos que mais têm e mais podem, usufruindo desse bem, desde que paguem, porque o podem fazer.

----- Defendemos serviços municipais eficazes e rigorosos, tarifas progressivamente uniformes para todos consumidores, quer sejam do meio urbano ou do meio rural.

----- Defendemos que, como bem social que é, deve ter preços justos, sociais e acessíveis a toda a população.

----- É o nosso entendimento.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Deputado do PS, Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Mais uma vez muito bom dia a todos. Apenas para que não se fique com a ideia que perante um agendamento dum tema destes, de tão grande importância, o PS não tem opinião, vi-me forçado, é mesmo esta a expressão a fazer esta pequena intervenção. Eu pensei que, ao agendar este ponto, o CDS/PP tivesse dissecado a estrutura de custos da disponibilidade da água e dos serviços que a Câmara Municipal fornece e viesse aqui com uma postura de desmascarar, digamos assim, algumas coisas que se passam por esse Concelho e que à primeira vista não são visíveis ao comum dos cidadãos. .

----- No entanto, deparo-me com a constatação que sendo até a segunda vez que este ponto vem a esta Assembleia, e a proposta sendo do CDS, acho que a preparação, o trabalhinho de casa, não foi feito como devia de ser.

----- Na última sessão ordinária da AM, os últimos minutos que eu tive aqui neste palanque, chamei a atenção para o facto de haver um artigo que regula esta questão, que tem a ver com o principio do consumidor/pagador, e realmente eu não sou jurista mas sei que o bom senso e uma leitura atenta permite logo ver que há ali uma ambiguidade, há um ponto que diz claramente que os consumos mínimos não são possíveis, não se pode cobrar consumos mínimos, no entanto, aliás, isto até está inscrito numa alínea, e depois num ponto que vem mais abaixo, há uma exceção, e a exceção prende-se com a questão de bens essenciais, ou de natureza essencial, acho que é essa a expressão que lá está, se me recordo bem, onde a água entra também numa descrição que vem à frente.

----- Realmente esta é uma posição que em termos jurídicos nunca vamos lá chegar, também aquilo que eu já aprendi de lidar com, e isto sem qualquer tipo de ofensa aos advogados, aquilo que eu já aprendi também é que eu quando vou lá para pedir um esclarecimento eles perguntam-me se quero A ou B e depois passam-me em conformidade com esse A ou B, nunca me dão um encaminhamento para eu poder decidir, nunca me ajudam. E o que é que quer? Quero isto. Então passam-me assim... portanto acho que não vai ser possível a nível jurídico chegar-se a uma conclusão relativamente a isso, embora fosse de todo interessante que se chegasse.....

----- Eu olho para essa questão numa ótica muito mais importante que tem a ver com a sustentabilidade, porque se é assim, se nós dizemos a alguém que, se pagar zero, um, dois, três, quatro, cinco euros, aliás, se não gastar água paga cinco euros, se gastar até um determinado valor paga cinco euro, aí estamos a incentivar o desperício, e aí, em termos de sustentabilidade, é que temos que atuar, e aí é que temos que ser razoáveis e fazer ver às pessoas que este é um recurso escasso, cada vez mais escasso, cada vez menos disponível, e que temos que ter algum cuidado para o levar a toda a gente, de uma forma, naquilo que eu chamo disponibilidade sustentada, e também com qualidade. Porque, do ponto de vista do consumidor, é isso que interessa, eu quero ter água boa, de uma forma que eu a possa pagar, para que me permita levar a minha vida diária. Agora, também tem que me obrigar, ou tem que me exigir que seja razoável, e que como é um recurso que é finito, portanto temos que ter algum cuidado na sua utilização. Essencialmente é isso.

----- Apenas para deixar aqui também mais uma questão que eu acho que este tema da água é um tema que merecia uma discussão mais alargada, se calhar mais entroncada noutros elementos como sejam a questão de Veiguiñas, a questão do relacionamento com a Água de Trás-os-Montes, tudo isso bem elencado e fazemos aqui uma sessão de trabalho bem debatida sobre este tema, e não trazer para aqui um ponto com o chavão ??? de Comunicação Social, falar sobre a água e ao fim e ao cabo não falamos nada sobre a água e ficou aqui o chavão, já pela segunda vez, e já há uma sugestão para uma terceira, portanto acho que não faz sentido, vamos fazer as coisas como devem ser.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado, pela sua intervenção.

----- Não sei se a Câmara Municipal pretende fazer alguma intervenção final. Sr. Presidente uma intervenção final?

----- Bom, assim sendo, acho que esta Assembleia correu bem, de forma célere, muito obrigado pela vossa presença e até à Assembleia de abril, se nada acontecer até lá.

----- Muito boa tarde a todos.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Anibal de Jesus Raimundo Morais
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Pereira
António Nuno Neves Pires *
Cândido Vaz Alves
Domingos Moura dos Santos
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
Isabel Maria Lopes
Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós
José Alberto Moutinho Moreno
José Luís Baltasar
Maria Natália Rodrigues Alves *
Maria Teresa
Mário Francisco Gomes *
Pedro Luís Esteves Fernandes
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Alzira da Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
João Batista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Maria Celina da Silva Paula *
Marisa Rodrigues Gomes Alexandre
Sandra Marisa Rodrigues Valdemar
Vanda Marisa Graças do Espírito Santo
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves
Armando José Morais
José João Martins Lourenço
José Fernando Cameirão

Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro *

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Leonel dos Santos Fernandes

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

António Guedes de Almeida *

BLOCO DE ESQUERDA

Luis Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Baçal	João Francisco Alves
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Henrique Manuel Pires (Substituto Legal)
Castro Avelãs	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Anibal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Afonso
Failde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo do Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Noguera	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto Santos Costa
Parâmio	José Augusto Afonso
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes

Quintela de Lampaças	Vítor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Emília Carolina Fernandes Caminha (substituto)
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
Salsas	Filipe Osório Caldas
S. Pedro	António Carlos Sá
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Comba	Elídio Alexandre Morais
Rossas	
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias dos Santos Vara
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Sortes	Juvêncio Alves de carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

(*) Membros suplentes

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

António Almeida Dionísio (Justificada)
 Carlos Abílio Moreno
 Carlos José Cadavez (Justificada)

PARTIDO SOCIALISTA

Dinis Manuel Prata Costa (justificada)

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Babe - Alberto Manuel de Sousa Pais
 França - Amândio dos santos Costa
 Mós - Anselmo Anibal Martins
 Paradinha Nova - Domingos António Seca (Justificada)
 Pinela - António Jorge Brás Pires (Justificada)
 Rio de Onor - António José Preto
 Serapicos - Armando Augusto Venâncio Dias

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente – António Jorge Nunes

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro
Humberto Francisco da Rocha
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Hernani Dinis Venâncio Dias

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das doze horas e trinta minutos e do que nela se passou se lavrou a presente ata que depois de achada conforme – vai ser aprovada na segunda sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em __/__/2012 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____